

**A CORRUPÇÃO
FEZ SUMIR 40 MIL
EMPREGOS**



**NR 12:
PELA SAÚDE E PELA VIDA
DOS TRABALHADORES**



**UMA INOVAÇÃO NO
MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO**



IMIGRANTES – ELES CHEGARAM. E AGORA? Pág. 26

DIRIGENTE UGETISTA E ATIVISTA ANTIDROGAS CONTA SUA LUTA SOCIAL	4
ACORDO DO PACÍFICO PREJUDICA OS TRABALHADORES	6
CENTRAIS CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS	8
CONGRESSO ESTADUAL REÚNE TRABALHADORES NO PARANÁ	10
OS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL DIANTE DO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO	11
NR 12: UMA LUTA PELA SAÚDE E PELA VIDA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS!	12
UGT PARÁ DEBATE DISCRIMINAÇÃO, ELEIÇÃO E OS ENTRAVES DE INTERESSE DOS TRABALHADORES	16
CSA REALIZA SEU 3º CONGRESSO CONTINENTAL EM SÃO PAULO	18
FETRACOM-PA INAUGURA NOVA SEDE EM BELÉM	19
A CORRUPÇÃO FEZ SUMIR 40 MIL EMPREGOS	20
MINISTRO RONALDO NOGUEIRA RECEBE CURRÍCULOS DURANTE ASSEMBLEIA COM TRABALHADORES	22
REFORMA SINDICAL	24
UGT REPRESENTA O BRASIL EM SEMINÁRIO NA ITÁLIA	30
ALÉM DOS DIREITOS TRABALHISTAS	31
UMA REVOLUÇÃO NO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO	32
ATO HOMENAGEIA AS 11 VÍTIMAS DAS OBRAS DAS OLIMPÍADAS RIO 2016	36
REGIONAIS DA UGT-PARANÁ REALIZAM PLENÁRIAS	38
UGT DEFENDE DIREITOS TRABALHISTAS EM SEMINÁRIO JURÍDICO NACIONAL	40
O FIM DO DISCURSO VAZIO NO SINDICALISMO	42
JORNADA 2030 - DEZESSETE OBJETIVOS, 169 METASE MILHÕES DE POSSIBILIDADES	44
UGT REALIZA 24ª REUNIÃO PLENÁRIA DA EXECUTIVA NACIONAL	46
IV CONFERÊNCIA DE GÊNERO, RAÇA E JUVENTUDE	48
PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL	50

CAMINHOS PARA MUDAR SEM PUNIR OS TRABALHADORES



Hoje, no Brasil, são 11,6 milhões de trabalhadoras e trabalhadores desempregados – uma alta de 18,6% em relação ao primeiro trimestre de 2015, o que mostra que, em algum momento do período de prosperidade que o País viveu, erros aconteceram e previsões foram ignoradas, o que hoje penaliza a população por uma coisa da qual ela não é culpada.

Estamos vivendo tempos difíceis, sim, e, para sair dessa situação, são necessárias medidas para retomarmos o caminho do crescimento, com a geração de empregos e a retomada do poder de compra da população.

Para sair do abismo, é necessário o Brasil passar a limpo sua administração. O rombo da Previdência é um exemplo de má administração dos recursos públicos. É sabido que o INSS mantém milhares de imóveis obsoletos, que custam uma fortuna aos cofres públicos. Além disso, o Governo não tem sido eficiente na cobrança da dívida com a Previdência Social, que hoje chega a R\$ 236 bilhões. Também não podemos esquecer que, mesmo após 16 anos do fim das aposentadorias das filhas de militares, ainda existem 185.326 beneficiárias, que custaram aos cofres públicos R\$ 3,8 bi só em 2015. Essa situação deve se manter por mais 75 anos, de acordo com a "Avaliação Atuarial das Pensões de Militares".

Estes são exemplos de que mudanças podem ser feitas sem a necessidade de cobrar dos trabalhadores mais arrocho e mais sacrifícios, como a mudança no regime de aposentadoria e de direitos garantidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)..

Marcos Afonso de Oliveira
Secretário de Imprensa da UGT

EXPEDIENTE

Presidente
Ricardo Patah

Conselho Editorial

Antonio Carlos Reis
Enilson Simões de Moura
Laerte Teixeira da Costa
Antônio M. Thaumaturgo Cortizo
Lourenço Ferreira do Prado
José Roberto Santiago
Davi Zaia
Severino Ramos
Canindé Pegado
José Moacyr Pereira
Francisco Pereira de Souza Filho
Benedito Antonio Marcelo
Marcos Afonso de Oliveira
Valdir Vicente de Barros
Eleuza de Cássia Buffelli Macari
Josineide de Camargo Souza

Secretário de Imprensa da UGT
Marcos Afonso de Oliveira
MTb 62.224

Jornalista Responsável
Mauro Ramos
MTb 11.875

Redação
Fábio Ramalho
Joacir Gonçalves

Programação Visual, Artes e Diagramação
Antonio Laudate

Fotos
FH Mendes / Arquivo da UGT

Revisão
Ana Castanho



GOVERNO TEM PROJETO CONTRA O TRABALHADOR

Ricardo Patah,
presidente nacional da UGT

O anunciado projeto de reforma da Previdência Social é uma violência e um desprezo ao trabalhador, o grande responsável pela geração de riquezas no País. A implantação de uma idade mínima de 65 anos para a aposentadoria tanto para homens como para mulheres é injusta, principalmente com a mulher e os mais pobres.

Essa decisão é uma demonstração de total desprezo do atual Governo pela classe trabalhadora e uma violência contra a mulher, que já exerce tripla jornada, como mãe, mulher e trabalhadora. Além disso, provam as estatísticas que a mulher é a primeira vítima de todo tipo de discriminação e violência e, agora, está sendo jogada na vala comum pelo Governo.

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) e seus 1.310 sindicatos filiados, representando 10 milhões de trabalhadores, têm como bandeira de luta a ampliação dos direitos dos trabalhadores e jamais vai admitir a retirada daquilo que foi conquistado com muita luta. Sabemos, pelo que se anuncia, que essa é a ponta do iceberg de projetos que visam atender aos interesses dos empresários e especuladores. Além de soar como uma provocação à classe trabalhadora.

Somado à anunciada reforma da Previdência pelo Governo, também está em curso o projeto que regulamenta a terceirização. A UGT nunca foi contra a medida, desde que ga-

ranta e assegure proteção aos trabalhadores terceirizados. O projeto de lei em discussão no Senado, no entanto, é uma violência à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e aos trabalhadores, pois permite a terceirização na atividade-fim, o que vai levar à perda de renda do trabalhador e à precarização, com o aumento da informalidade e da ilegalidade.

Isso sem contar a discussão de que o negociado deve prevalecer sobre o legislado. Negociamos, sim, leis que criem direitos para os trabalhadores e não os direitos dos trabalhadores. O que se pretende com o negociado prevalecendo em relação ao legislado é o caminho para enfraquecer a classe trabalhadora e os sindicatos menores. E isso a UGT não admite. Lutamos por leis que protejam a todos e só negociamos avanços.

A saída para evitar os efeitos desse desprezo pelos trabalhadores, condenando os mais pobres, que começam a trabalhar mais cedo, é a pressão popular e a mobilização nas ruas. Só a resistência e a luta são capazes de evitar que os direitos conquistados a duras penas sejam jogados no lixo e que a conta pelos desmandos do Governo seja debitada da nossa parca e pobre aposentadoria.

O País atravessa momentos difíceis e mudanças urgentes precisam ser implantadas para salvar a nossa economia e promover a geração de

empregos. Está no caminho errado, porém, afirmar que as prioridades são as reformas trabalhista e previdenciária, com a retirada de direitos dos trabalhadores. A UGT, a partir de agora, vai travar o embate por meio das redes sociais, nas ruas e no Congresso Nacional, para garantir os direitos dos trabalhadores. Nossa união é a nossa arma. E a provocação do Governo aos trabalhadores vai nos fazer mais fortes.



"A UGT, a partir de agora, vai travar o embate por meio das redes sociais, nas ruas e no Congresso Nacional, para garantir os direitos dos trabalhadores"

DIRIGENTE UGETISTA E ATIVISTA ANTIDROGAS CONTA SUA LUTA SOCIAL

José Augusto Soavinski relata sua experiência no combate ao crack na própria família

Há mais de duas décadas, o economista José Augusto Soavinski, de 65 anos, dedica-se a “lutar contra as drogas”. Firme e articulado, viaja pelo Paraná ministrando palestras preventivas e trocando informações sobre tratamento de dependentes. A experiência, no entanto, não foi capaz de impedir que a cocaína e o crack atingissem sua própria família. Viu o filho mais velho ser tragado pelos entorpecentes. Não se deixou abater e intensificou o ativismo.

“Eu me abracei nessa causa para o resto da minha vida. É a minha missão”, resumiu Soavinski.

As drogas entraram na casa da família silenciosamente, em 1990. À época, Soavinski já era palestrante, mas não percebeu que o filho – então com 14 anos – havia sido apresentado à cocaína por um amigo. Foram oito anos de “agonia”, até que o jovem deixasse de usar a substância em 1998, após passar nove meses em uma comunidade terapêutica.

“Quando eu saí para procurar auxílio, vi que ainda estamos engatinhando na ajuda ao dependente químico. Isso me motivou a fazer mais”, disse Soavinski.

A partir de então, o ativista entrou para a Pastoral da Sobriedade, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da qual hoje é coordenador regional. Estudou o tema com afinco e se tornou um especialista. Multiplicou o número de palestras, muitas vezes tirando dinheiro do bolso para viajar e compartilhar suas experiências. “Eu me virava como dava. Ficava na

casa do padre da cidade, do pastor. O importante era ir”, contou. “Hoje, vivemos uma pandemia de crack. A pedra violenta não só o usuário, mas toda a família”, afirmou.

“Pedra”

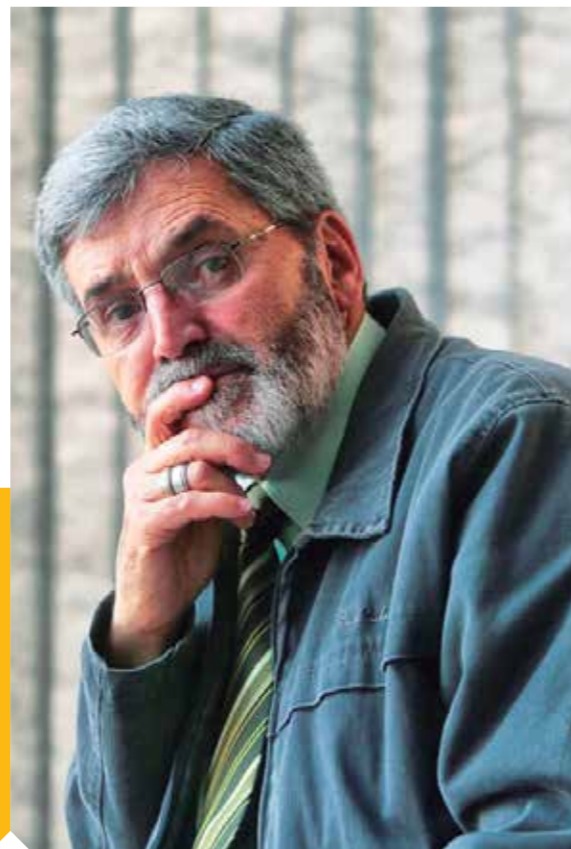
O filho de Soavinski “ficou limpo” por dez anos, até conhecer o crack. O ativista soube da recaída ao perceber uma mudança de comportamento do familiar. O rapaz se tornou “um estranho dentro de casa”. Nas mãos, queimaduras indicavam o consumo das pedras. Soavinski diz ter conhecido ali, na dependência do filho, uma face do inferno.

“Eu vi o que acontece com o usuário de crack e o terror que se instala em casa. Você perde as esperanças, vai achando que não tem mais jeito, que é o fim do caminho”, apontou.

Soavinski viu seu filho – já com 40 anos – definhar aos poucos. Com o tempo,

“Quando eu saí para procurar auxílio, vi que ainda estamos engatinhando na ajuda ao dependente químico. Isso me motivou a fazer mais”

José Augusto Soavinski, ativista antidrogas



passou a trocar os próprios pertences, como celulares, roupas, tênis e relógio, por pedras de crack. O usuário chegou a deixar o carro com traficantes, como garantia de que voltaria para pagar R\$ 150 que havia consumido em pedras. O dependente também foi capaz de usar o entorpecente na frente dos filhos.

“A filhinha de três anos dele falou: ‘Papai, você tem que se tratar, senão você vai morrer’. E ele ali, indiferente. O crack faz isso, faz a pessoa desprezar quem mais ama”, contou Soavinski.

Esperança

A esperança de recuperação nasceu após um episódio traumático. O dependente trocou uma bicicleta que havia dado de presente de Natal

Principais motivos que levam um indivíduo a utilizar drogas: curiosidade, influência de amigos, vontade, desejo de fuga (principalmente de problemas familiares), coragem (para tomar uma atitude que sem o uso de tais substâncias não tomaria), dificuldade em enfrentar e/ou aguentar situações difíceis, hábito, dependência (comum), rituais, busca por sensações de prazer, tornar calmo, servir de estimulantes, facilidades de acesso e obtenção, etc.

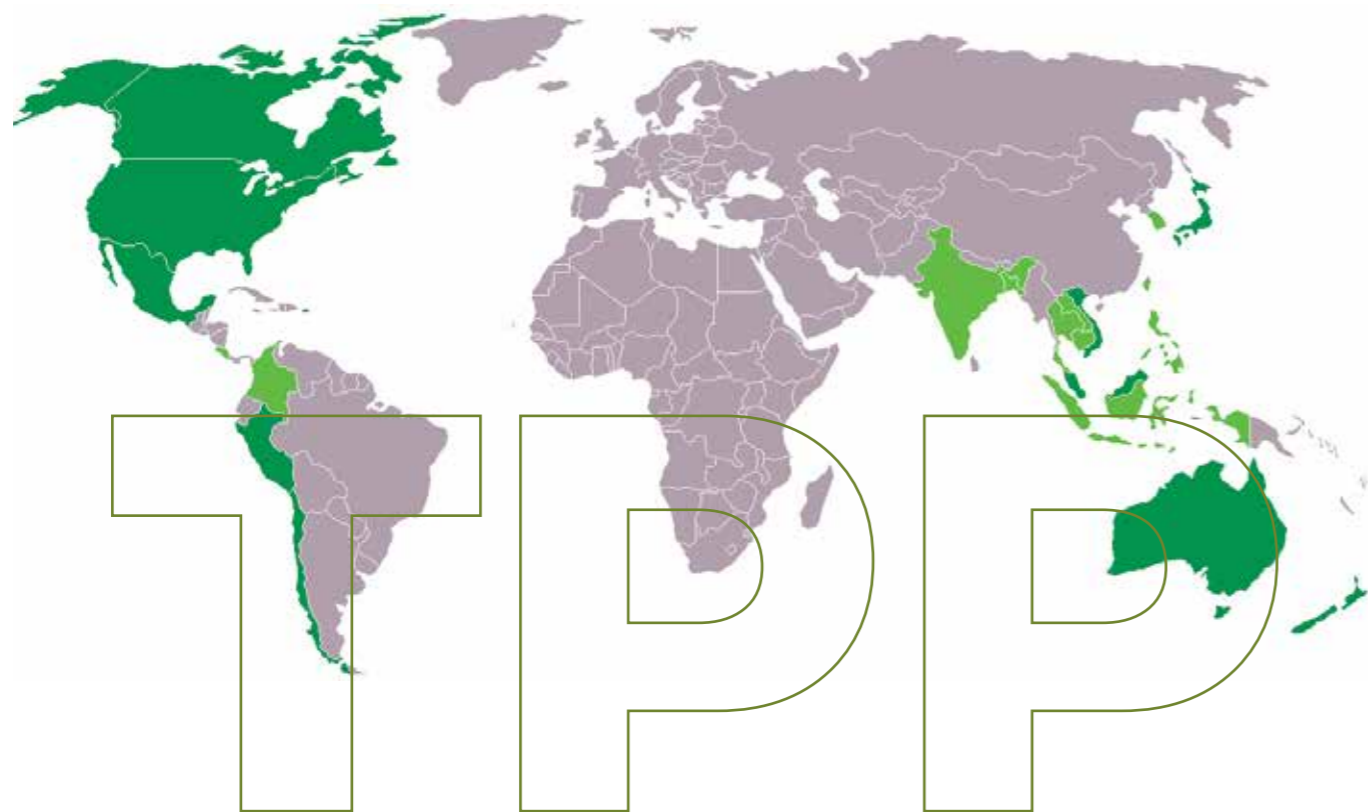


à mãe por um punhado de pedras de crack. Soavinski levou o filho à polícia, decidido a denunciá-lo. Mas, na porta da delegacia, o usuário pediu uma última chance. Ele foi inter-

nado em uma clínica. Para a família, foi o início do recomeço.

“Depois de 15 dias, fomos visitá-lo. Ele abraçava os filhos, dizendo ‘Eu te amo!’”, contou. “Eu vejo mui-

tas frases derrotistas de pais, dizendo ‘perdi meu filho para as drogas’. Tem que ser o contrário: ‘Eu não vou perder meu filho para as drogas de forma nenhuma’, destacou.



ACORDO DO PACÍFICO PREJUDICA OS TRABALHADORES

Ao mesmo tempo em que dezenas de nações se reuniam na Nova Zelândia, ao final de junho, para assinar oficialmente o Tratado Transpacífico (TPP), famílias trabalhadoras nos Estados Unidos estavam alarmadas por conta desse acordo que reduzirá os salários e designará mais trabalhos em terras estrangeiras.

O texto final do acordo, publicado em novembro, é ainda pior do que o imaginado, com lacunas na aplicação trabalhista e recompensas para a terceirização. Como os acordos anteriores NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) e

Em muitos aspectos, o TPP é um novo estilo. Uma rápida pesquisa do acordo não mostra nenhuma menção dos termos "aumento de salário" ou "mudança climática". E, ao bater na legislação do ano passado, o Congresso efetivamente evitou fazer uma única melhoria ao TPP

CAFTA (Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana), o TPP é um prêmio para as grandes corporações, para interesses especiais e para todos os que querem regras econômicas que beneficiem uma minoria abastada.

Não precisava ser dessa maneira. O movimento trabalhista apoia o comércio. Sabemos que abrir novos mercados para produtos americanos é a maneira correta de criar empregos e valorizar trabalhadores. Mas o comércio deve ser feito sobre uma justa série de regras que coloque as pessoas à frente do lucro. O TPP falha nesse teste lastimosamente.

Desde o princípio, a AFL-CIO (Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais) fornece sugestões detalhadas e substanciais para melhorar esse acordo, evidenciando seu apoio e sua posição. Nós oferecemos um passo adiante sobre tudo, desde a execução trabalhista até regras de investimentos. Infelizmente, nossas recomendações acerca das políticas foram ignoradas, assim como as dos setores ambiental, do consumidor, da saúde pública, do desenvolvimento global e da manufatura. É isso o que se consegue por meio de negociações secretas lideradas por interesses corporativos e de investidores.

Existem inúmeras maneiras de o TPP ser desastroso para os trabalhadores. Seguem algumas das mais flagrantes.

Depois de muita conversa sobre padrões trabalhistas, o TPP fica terrivelmente aquém das expectativas. Ele mantém a natureza totalmente discricionária da execução e não

faz nada para agilizar o processo de forma que os casos trabalhistas não sejam resolvidos com demora, deixando os trabalhadores sem garantia de condições melhores. Os acordos "consistentes" negociados no Vietnã, na Malásia e em Brunei não adicionam responsabilidades além do capítulo atual de trabalho e dão ao Vietnã cinco anos para seu cumprimento integral, apesar de não ter recebido os benefícios do TPP imediatamente. Não existe acordo para lidar com problemas trabalhistas duradouros do México que não foram remediados apesar de 20 anos de esforços para impor o NAFTA.

O TPP apresenta-se como um martelo na produção americana. As regras quanto à origem de automóveis são tão fracas que um carro ou caminhão feito, principalmente na China ou em outro país não signatário do TPP podia estar qualificado para os benefícios comerciais. Regras populares de compras americanas foram diluídas, requerendo que o governo americano trate proponentes de cada país do TPP como se fossem americanos. Por fim, a falta de regras de manipulação de divisa executável significa que nações estrangeiras podem continuar a ludibriar as companhias e trabalhadores americanos. Essas características fazem do TPP um acordo de terceirização, e não de comércio.

Para adicionar insulto ao dano, mais de 9 mil companhias estrangeiras serão empoderadas para evitar as cortes americanas e ter acesso a um sistema privado

de justiça – resolução de disputas investidor-Estado – que permite que elas manipulem as decisões do governo local, estadual e federal americanos. Deixemos isso apurar por um minuto. A subsidiária do Walmart do Japão poderia processar Seattle por negar uma autorização para construção. A afiliada vietnamita da ExxonMobil poderia vir atrás dos Estados Unidos para exigir regras e regulamentos que protegem nosso ar e nossa água.

O TPP também é um prêmio para a Big Pharma, ao expandir direitos de monopólio que permitirão que companhias farmacêuticas elevem os custos aos pacientes. Essas regras são muito piores que as que foram negociadas com o Peru, a Colômbia e o Panamá pelo ex-presidente George W. Bush. Médicos sem Fronteiras dizem que o TPP "colocaria em risco o acesso das pessoas a remédios acessíveis".

Nós estivemos nessa situação anteriormente. A elite de Wall Street e de Washington sempre nos diz que dessa vez será diferente. A verdade é que esses acordos comerciais destruíram a essência de nossa nação. Vemos nossas fábricas fechadas. Visitamos cidades que parecem ter estacionado no passado. Conversamos com trabalhadores que perderam tudo, somente para descobrir que deveriam ir para outro campo – mas o Congresso tem sido moroso para financiar e autorizar esses programas. Do NAFTA ao CAFTA e à Coreia e, agora, ao TPP, esses acordos continuamente colocam os lucros acima das pessoas. Ao reduzir os salários, eles enfraquecem nossa economia, não a deixam mais forte.

Em muitos aspectos, o TPP é um novo estilo. Uma rápida pesquisa do acordo não mostra nenhuma menção dos termos "aumento de salário" ou "mudança climática". E, ao bater na legislação do ano passado, o Congresso efetivamente evitou fazer uma única melhoria ao TPP.



Richard Louis Trumka é presidente da AFL-CIO (Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais)



CENTRAIS CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS

Ato marcou construção da união entre as entidades que, a partir de agora, estão deixando de lado suas diferenças políticas e ideológicas para lutar por um objetivo comum, que é a defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários

A União Geral dos Trabalhadores (UGT), juntamente com outras centrais sindicais e representantes de movimentos sociais deram uma grande demonstração de força e união ao realizarem, em 16 de agosto, manifestações em diversos Estados da Federação pelo Dia Nacional de Mobilização e Luta pelo Emprego e pela Garantia de Direitos.

Em São Paulo, o ato aconteceu na Avenida Paulista, coração financeiro da cidade, em frente ao prédio da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que foi uma das entidades patrocinadoras do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e que agora está propondo que a popu-

lação comece a trabalhar 80 horas semanais e com 15 minutos de descanso para o almoço. "Em defesa dos direitos dos trabalhadores, as centrais sindicais estão aqui reunidas com uma responsabilidade importante, que é a da defesa do bem estar-social e das condições de trabalho", ressaltou Canindé Pegado, secretário Geral da UGT.

Aconteceram manifestações também em outras capitais, que reuniram a UGT, CUT, CSP Conlutas, CGTB, Força Sindical, Intersindical e Nova

Central e milhares de pessoas em protesto às declarações feitas pela alta cúpula da Fiesp e, em especial, contra as ameaças propostas pelos representantes do Governo de Michel Temer aos direitos trabalhistas e previdenciários.

"Esta ação marca a reconstrução da unidade das centrais sindicais e nós, da UGT-SP, não vamos parar com essas mobilizações. A nossa missão é promover ações em todas as nossas regionais do Estado de São Paulo, pois não vamos admitir

a retirada de direitos e retrocesso na legislação trabalhista", explicou Luiz Carlos Motta, presidente da UGT-SP e da Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo (FECOMERCIÁRIOS).

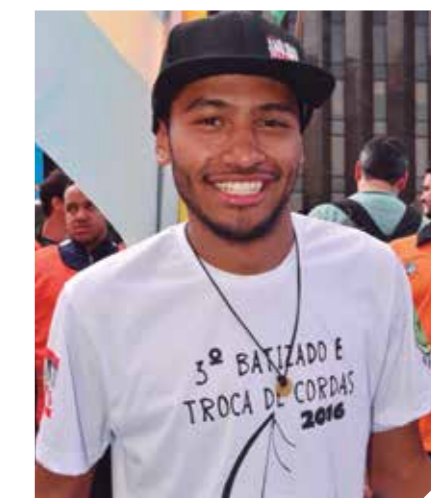
"Até agora, ninguém falou nada em taxar a fortuna do sr. Paulo Skaf, cobrar sobre o seu jatinho ou sua lancha. Não falaram em alterar as aposentadorias daqueles que recebem benefícios astronômicos, mas todos do Governo são categóricos em afirmar que a população, que recebe um ou dois salários mínimos, é a culpada pelo suposto rombo na previdência. Que são os pescadores artesanais e os trabalhadores rurais que contribuem para o aumento do déficit previdenciário, mas, dos mi-



Luiz Carlos Motta, presidente da Fecomerciantes e UGT-SP. Canindé Pegado, secretário Geral da UGT Nacional

lhares de imóveis obsoletos que o INSS mantém em todo o território nacional, ninguém fala. Nós não somos culpados por isso e não vamos 'pagar o pato' pela incompetência da presidência da República, que quer surrupiar os nossos direitos", completou Wagner José de Souza, diretor da UGT.

Representantes de diversos movimentos sociais também estiveram presentes ao ato. Mulheres, idosos, negros e juventude participaram das ações em repúdio a toda e qualquer forma de flexibilização de direitos trabalhistas ou sociais. "Entendemos que a luta pelos direitos dos trabalhadores atinge diretamente a juventude do nosso País", reforçou Caio Guilherme da Silva Santos, da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES).



Caio Guilherme, presidente da UMES

EMPRESARIADO PROTAGONIZA DECLARAÇÃO QUE ESTÁ INDIGNANDO A CLASSE TRABALHADORA

Em entrevista ao jornalista Fernando Rodrigues, da Folha de São Paulo, de 2014, Benjamin Steinbruch, dono da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), expôs sua opinião em relação à flexibilização das leis trabalhistas. "Não precisa uma hora do almoço [...] Você vai nos Estados Unidos, você vê o cara almoçando, comendo o sanduíche com a mão esquerda, e operando a máquina com a direita. Tem 15 minutos para o almoço, entendeu? [...] Por que a lei obriga que tenha que ter esse tempo?", declarou Steinbruch.

Mais recentemente, Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), declarou, após reunião de duas horas com o presidente Michel Temer, que o Brasil precisa de "mudanças duras" nos setores trabalhistas e previdenciários. "Temos 44 horas de trabalho semanais. As centrais sindicais tentam passar esse número para 40. A França, que tem 36, passou para a possibilidade de até 80 horas de trabalho semanais e até 12 horas diárias de trabalho (na verdade, são 60 horas semanais)."

CONGRESSO ESTADUAL REÚNE TRABALHADORES NO PARANÁ



A Fetracoop (Federação dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas no Estado do Paraná), entidade filiada à UGT (União Geral dos Trabalhadores), realizou seu 17º Congresso Estadual no dia 24 de abril, em Foz do Iguaçu (PR).

Mais de 3.500 cooperários e cooperárias participaram do encontro que teve como tema "A Força do Trabalho que Transforma o Agronegócio no Paraná". Durante o Congresso, foi aprovada a pauta econômica e social da Campanha Salarial Unificada 2016/2017, integrada pelos sindicatos Sintrascroom, Sintracoosul, Sintrascloop, Secoomed, Sindicred-PR e Sitracoosp (todos filiados à UGT).

O presidente da Fetracoop, Clair Spanhol, falou do delicado momento político e econômico no Brasil e da importância da união da classe trabalhadora: "Sabemos que, mais uma vez, querem repassar a conta dessa crise para os trabalhadores, mas não aceitamos isso. Aqui no Paraná, o setor do agronegócio vem apresentando índices constantes de crescimento, então não há nenhuma justificativa para não haver reajustes dignos nos salários dos cooperários e cooperárias, que são os alicerces do cooperativismo no Estado".

Paulo Rossi, presidente da UGT-Paraná, falou da importância do cooperativismo e, em especial, dos traba-



Clair Spanhol, presidente da Fetracoop

lhadores celetistas em cooperativas para o desenvolvimento econômico e social no Paraná. "Comecei minha vida profissional numa cooperativa, por isso sei do valor e da força que vocês (trabalhadores) representam para a nossa economia."

O deputado estadual Chico Brasileiro (PSD), que também compõe o colegiado nacional de vice-presidentes da UGT, elogiou as entidades organizadoras do evento, mostrando-se surpreso com a quantidade e a qualidade dos participantes. "Me considero um militante do movimento sindical e social e fico feliz ao ver entidades como a Fetracoop mobilizarem tantos trabalhadores. Isso é a prova de que existem dirigentes sindicais que realmente estão comprometidos com a classe trabalhadora", disse Chico.

Representando o presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, o secretário nacional de Relações



Chico Brasileiro, deputado Estadual (PSD)



Miguel Salaberry, secretário Nacional de Relações Institucionais da UGT

Institucionais da UGT, Miguel Salaberry Filho, ressaltou a organização do Congresso e os temas discutidos. "Mais uma vez, me sinto feliz e honrado com o convite para participar de tão importante evento para a classe trabalhadora. A Fetracoop e seus sindicatos filiados e a UGT-Paraná são vanguarda no sindicalismo paranaense e brasileiro", concluiu Salaberry.

OS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL DIANTE DO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

"Hoje, estamos em 12 milhões de desempregados. O Governo Federal precisa achar um caminho para reverter esse quadro"

O Sindicato dos Securitários é uma entidade fundada em outubro de 1940 e, em todo esse tempo, não mediu esforços para lutar pelas principais bandeiras da categoria que atua em empresas de seguros, corretoras de seguros, corretoras de valores, previdência privada aberta, previdência privada fechada e distribuidoras de títulos e valores mobiliários no Estado de São Paulo.

Presidida por Calisto Cardoso de Brito, a entidade representa 25 mil trabalhadores e trabalhadoras e tem como principal conquista a ampliação significativa de benefícios como vale-alimentação, cesta básica e Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

Entendendo que o atual cenário político do Brasil não é favorável à classe trabalhadora, o presidente Calisto acredita que o momento é de união entre todos os movimentos de defesa dos direitos trabalhistas e sociais para vencer os desafios impostos a toda a população brasileira. "Temos, atualmente, 50 projetos de lei que atentam contra diversas conquistas trabalhistas e sociais e que estão tramitando tanto na Câmara quanto no Senado. Esse é nosso principal desafio e, para vencê-lo, precisamos de união entre as centrais e os sindicatos. No momento, não interessa quem é de esquerda ou direita, o que vale é mostrar a nossa força e fazer com que a exigência das ruas chegue a



Calisto Cardoso de Brito, presidente do Sindicato dos Securitários do Estado de SP

essa turma que detém o poder e não governa em prol da população", diz o sindicalista.

Afirmado ser apartidário, Calisto diz torcer para que o Brasil saia dessa crise o mais rápido possível e para que a equipe do presidente Michel Temer, consiga fazer algo de positivo para a população, uma vez que, da maneira que está, tornou-se insustentável. "Hoje, estamos com 12 milhões de desempregados e o desemprego continua a bater na porta de todo mundo, por isso o Governo Federal precisa achar um caminho para reverter esse quadro, apesar de não ser fácil e não existir uma fórmula mágica."

Curiosidades – Calisto tem uma relação muito próxima com o Sindicato dos Comerciantes de São Paulo. Assim que chegou de Goiânia, na década de 1970, conheceu o filho de Sylvio de Vasconcellos, presidente do Sindicato à época. Como era um meio campista bom de bola, logo foi convidado a integrar o time de futebol da entidade.

Calisto vestiu a camisa dos Comerciantes por três anos, ganhou torneios e competições estaduais, transferiu-se para o São Paulo Futebol Clube e foi convidado a atuar em outros clubes da capital até que resolveu deixar de lado o anseio de ser atleta profissional.



Calisto (destaque), na década de 1970, defendendo o time do Sindicato dos Comerciantes

NR 12:

UMA LUTA PELA SAÚDE E PELA VIDA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS!



Sindicato dos Padeiros de São Paulo participa de audiência pública no Senado

A luta dos trabalhadores brasileiros para preservar a saúde e segurança no ambiente do trabalho é secular. Em 1891, a preocupação com a prevenção teve início com a lei que tratava da proteção ao trabalho dos menores. Quase três décadas depois, em 15 de janeiro de 1919, foi criada a primeira lei brasileira sobre acidentes de trabalho, fruto de importantes mobilizações dos trabalhadores à época.

Organizados em associações de ajuda mútua e, posteriormente, nas entidades sindicais, os trabalhadores brasileiros travam, ao longo da história, uma luta ferrenha para garantir, em lei, seus direitos de preservar a saúde e a vida durante o exercí-

"O Sindicato dos Padeiros de São Paulo tem realizado inúmeras lutas para defender a NR 12, por meio de atos, manifestações públicas, seminários, entre outros"

cio laboral. Em 10 de novembro de 1943, entra em vigor a lei que cria a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), instrumento jurídico fundamental para a prática efetiva da prevenção no Brasil.

Em 1978, com a criação das Normas Regulamentadoras, por meio da Portaria 3214, de 08 de junho de 1978, ocorrem os principais impulsos dados na área de Segurança e

Medicina do Trabalho. O Ministério do Trabalho adota os procedimentos recomendados pela Convenção 144 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que recomenda o uso de Sistema Tripartite Paritário com a participação do Governo, trabalhadores e empregadores para discussão e elaboração de normas nas áreas de Segurança e Saúde do Trabalho.

A Comissão Nacional Tripartite Temática da Norma Regulamentadora Número 12/NR 12 – que estabelece as medidas preventivas de segurança e higiene do trabalho a serem adotadas pelas empresas em relação à instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, visando à prevenção de



Reunião da Comissão Nacional Temática Tripartite CNTT / NR 12, em 2013

acidentes do trabalho – tem trabalhado, incansavelmente, no sentido de promover as adequações necessárias para a efetiva aplicação da Norma.

No entanto, apesar de todo o

trabalho da CNTT/ NR 12 ser debatido e aprovado por consenso entre os membros do Governo, trabalhadores e empregadores, os patrões, depois de concordarem com os termos estabelecidos na Comissão,

têm procurado alterar o texto e até mesmo suspender a NR 12, por meio dos parlamentares no Congresso Nacional, onde, a todo momento, são apresentados projetos de leis contrários a essa Norma. >>



PADEIROS: ATUAÇÃO INCANSÁVEL PARA MANTER A NR 12

O número de trabalhadores das indústrias de Panificação, Confeitarias e Padarias vítimas de acidentes no trabalho é assustador. São homens, mulheres, crianças e adolescentes que sofrem, constantemente, mutilações dos membros superiores causadas pelas máquinas durante o exercício da profissão.

O nosso Sindicato, já na década de 1990, diante dos inúmeros casos de acidentes, lutou e conseguiu incluir na Convenção Coletiva da Categoria um item específico que obrigava os patrões a colocar dispositivos de segurança nas máquinas, como, por exemplo, no cilindro de massa, principal responsável pelas mutilações dos trabalhadores da categoria.

Desde 1978, quando foi criada a NR 12, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo tem realizado inúmeras lutas para defender a Norma, seja por meio de contribuições teóricas junto à CNTT/NR 12, travando verdadeiras batalhas em atos e manifestações públicas, realizando seminários, conferências e debates sobre o tema, bem como participando de audiências públicas no Senado e na Câmara dos Deputados para esclarecer a importância dessa Norma Regulamentadora no combate aos acidentes de trabalho.

ENCONTRO DO MINISTRO DO TRABALHO COM SINDICALISTAS



Encontro de sindicalistas com ministro do Trabalho

No encontro com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, realizado pelo nosso Sindicato, no dia 21 de julho, os dirigentes sindicais e os membros da CNTT/NR 12 apresentaram vários argumentos ao ministro, reforçando a importância da efetivação da Norma para prevenção dos acidentes.

É difícil entender a resistência do setor patronal com relação à consolidação da NR 12 quando se sabe que muitas vidas serão poupadas e mutilações serão evitadas. Talvez seja apenas por uma questão de custos, pois, em 2013, a FIESP e o Sistema FIRJAN protocolaram no Ministério do Trabalho um ofício solicitando a revisão da NR 12 em que o principal argumento era o custo que as empresas teriam para renovar o parque industrial que, segundo as duas entidades, seria em torno de R\$ 100 bilhões.

Ocorre que esse valor, além de ser um investimento, será realizado uma única vez. Fora isso, ele é in-

significante diante dos valores que o Estado brasileiro gasta anualmente, por meio da Previdência Social, com os afastamentos temporários dos trabalhadores acidentados e com as aposentadorias por invalidez em decorrência dos acidentes no ambiente do trabalho.

Nessa análise, há, no entanto, que se destacar alguns processos de trabalho de maiores riscos como, por exemplo, os que utilizam máquinas e equipamentos. Apenas no período entre 2011 e 2013, excluindo os acidentes de trajeto, ocorreram 221.843 acidentes envolvendo máquinas e equipamentos, resultando em 601 óbitos, 13.724 amputações e 41.993 fraturas. Ressaltamos que nesses dados não estão incluídos os trabalhadores das áreas do comércio e de serviços.

Considerando apenas as informações disponíveis referentes aos benefícios pagos pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS),

como auxílio-doença, pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente, houve, entre 2008 e 2013, um montante de despesas de mais de R\$ 50 bilhões.

Segundo dados do documento publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, "Estratégia Nacional para Redução dos Acidentes do Trabalho 2015-2016", os custos dos acidentes de trabalho podem ser agrupados em três categorias: custos diretos, indiretos e custos humanos.

De um modo geral, os custos diretos consistem em componentes associados com o tratamento e reabilitação médica; os indiretos são relacionados às oportunidades perdidas para o trabalhador sinistrado, o empregador, os colegas de trabalho e a sociedade, compreendendo custos previdenciários, salariais, custos administrativos e perdas de produtividade; e os custos humanos referem-se à piora na qualidade de vida do trabalhador e sua família.

O documento do MTE aponta, ainda, dados de um artigo de José Pastore, publicado em 2011, em que o autor avalia que o custo anual dos acidentes do trabalho para as empresas no Brasil era de R\$ 41 bilhões. Para a Previdência, seria de R\$ 14 bilhões (inclusive aposentadorias especiais não incluídas no documento) e, para os trabalhadores e suas famílias, o custo chegaria a R\$ 16 bilhões. Com isso, o impacto dos acidentes e doenças do trabalho alcançaria 71 bilhões por ano, equivalente a cerca de 9% da folha salarial do País.

Portanto, o setor empresarial brasileiro precisa entender que aplicar recursos para evitar os acidentes e as doenças do trabalho é investimento, não é custo. O trabalhador com saúde e satisfeito com as condições de trabalho produz mais e desenvolve suas funções laborais com maior desempenho. Além do mais, o setor patronal precisa ter consciência dos altos custos que a nação brasileira tem anualmente em consequência dos acidentes e doenças do trabalho e que, portanto, esses custos são pagos por toda sociedade.



Durante o encontro Chiquinho Pereira fala sobre os acidentes ocorridos com a categoria

"DIREITO VOCÊ NÃO REVOGA. DIREITO VOCÊ APRIMORA"

Para Ronaldo Nogueira, "a natureza do Ministério do Trabalho é promover políticas públicas de proteção ao trabalhador. O Ministério é a casa do trabalhador. O trabalhador não será prejudicado. O trabalhador não será traído pelo seu ministro. Em minha opinião, e eu tenho dito isso nas minhas falas pelo Brasil, direito você não revoga. Direito você aprimora".

O ministro disse, ainda, no encontro com sindicalistas, que "as Normas Regulamentadoras, entre elas a NR 12, têm o objetivo de oferecer parâmetros para proteger o trabalhador no exercício da sua mão-de-obra laboral. Nós pretendemos criar mecanismos, realizar seminários, chamando também a classe patronal, no sentido de informá-los e deixar muito clara a importância, para o próprio setor empreendedor, de um parque de máquinas que ofereça segurança para o trabalhador. Isso, inclusive, reduz custos tanto para o setor patronal quanto para a própria nação".

Nogueira informou que o Ministério pensa em formas de consolidar a NR 12, inclusive a de considerar a proposta encaminhada pelo Sindicato dos Padeiros de São Paulo, de uma linha de financiamento para o setor, como ocorreu no Estado de São Paulo, junto ao governo Alckmin. Nesse sentido, o Ministério pensa em utilizar recursos do próprio Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para que, por meio de uma linha de crédito especial, o setor possa renovar o seu parque de máquinas de tal forma que venha a atender às especificações da NR 12.

UGT PARÁ DEBATE DISCRIMINAÇÃO, ELEIÇÃO E OS ENTRAVES DE INTERESSE DOS TRABALHADORES

A diversidade humana com assinatura de um convênio celebrado entre a UGT (União Geral dos Trabalhadores), Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviço dos Estados do Pará e Amapá (FETRACOM-PA/AP), o encontro de dirigentes sindicais comerciários e a discussão em torno das eleições de outubro deste ano fizeram parte da pauta de debates da 4ª Plenária Estadual da UGT Pará. O evento começou na quinta-feira, 2 de junho, no Hotel Sagres, em Belém-Pará, reunindo cerca de 300 líderes sindicais de todo o Estado, e se estendeu até o dia seguinte, com a resolução

de que os comerciários devem trabalhar para eleger seus representantes nas câmaras legislativas.

Na palestra de abertura da Plenária da UGT, o presidente estadual, sindicalista José Francisco de Jesus Pantoja Pereira, o Zé Francisco, que também é o presidente da FETRACOM e diretor de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), falou acerca dos avanços e retrocessos de projetos que tramitam no Congresso Nacional sobre direitos dos trabalhadores. Na opinião dele, uma boa parte desses processos tramita, na verdade, contra os trabalhadores. Os de interesse das ca-

tegorias trabalhadoras vão ficando para trás, caso da correção da tabela do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

A outra palestra, proferida pelos advogados Regis Lobato e Iran Guimarães, tratou do tema "O movimento sindical e as eleições municipais de 2016", em que se destacou, mais uma vez, a importância de os líderes sindicais trabalharem com objetivo de eleger mais e mais trabalhadores não apenas para as câmaras municipais como também para as prefeituras. Só assim as classes trabalhadoras estarão verdadeiramente representadas, haja vista que, atualmente, o legislativo, em

todas as suas esferas, é 70% ocupado pelos empresários.

No Pará, a UGT representa mais de meio milhão de trabalhadores comerciários na base, especialmente do ramo supermercadista. Temos um vereador eleito em Marabá, Adelmo Azevedo, mas a categoria defende a importância de se ocupar mais espaços no legislativo e isso ficou claro durante o evento, que contou com as presenças de pelo menos mais três candidatos, um da área de supermercados, Antônio Caetano de Souza, outro do setor portuário, Nazareno Ribeiro, que é ex-vereador, e Carlos Berina, representante da categoria dos vigilantes.

Representando a executiva nacional da UGT, o sindicalista Chiquinho Pereira fez a saudação em nome do presidente Ricardo Patah, que se encontrava em viagem ao exterior.

O evento contou com uma série de debates, especialmente voltados para a questão da diversidade humana, tendo à frente a titular da Secretaria Nacional da Diversidade Humana da UGT e representante da central sindical junto ao Conselho Nacional de Igualdade Racial, além de diretora do Instituto Sindical Interamericano de Igualdade Racial e acadêmica de Direito, Ana Cristina Duarte, referência no combate a quaisquer tipos de discriminação no ambiente de trabalho.

DIVERSIDADE

Preparar líderes sindicais, advogados e assessores para instruir trabalhadores que se sintam prejudicados no trabalho em função da prática de discriminação racial, intolerância religiosa, homofobia, lesbofobia e transfobia – esse foi o tema abordado pela sindicalista Ana Cristina Duarte, referência nacional quando o assunto é abrir debate, formar opinião e trabalhar pela geração de políticas públicas contra a discriminação. Diretora da Secretaria da Diversidade Humana da UGT, ela proferiu a palestra



Ana Cristina Duarte, secretária da Diversidade da UGT

"A UGT, a Defensoria Pública e a OAB-Pará no combate à Discriminação de Gênero, Raça e Religião no Meio Ambiente de Trabalho" durante o 1º Seminário da Diversidade Humana no Pará.

Ana Cristina participou da assinatura do convênio com vistas à formação, pelas escolas de formação superior da OAB-PA e Defensoria Pública, dos dirigentes sindicais, advogados e assessores que têm a missão de implementar no Estado a política de combate à discriminação de trabalhadores.

Segundo a sindicalista, em todo o Brasil, os maiores casos de discriminação são de raça e homofobia. No entanto, ela esclarece que os números começam a sair do controle, haja vista que, no País, a cada minuto, um trabalhador se vê prejudicado por algum tipo de discriminação no trabalho. "Esse trabalhador tem vergonha de se expor, de expor a empresa, de perder o emprego. Há muita gente sendo discriminada de que não se tem conhecimento", salientou.

Esclareceu também que há a questão dos transformistas e dos transexuais. Muitos desses estão fora do mercado de trabalho. Ainda tem a questão das tendências. Como ninguém vê quem está no call-center, esses postos de trabalho estão sendo ocupados por transformistas, lésbicas e gays. E alertou: "Já se constata discriminação no próprio meio. Um estudo elaborado pela Secretaria de Diversidade Humana tem comprovado que os transformistas são discriminados por gays, travestis, transexuais e lésbicas. Para ver onde estamos chegando. As pessoas têm seu jeito de ser, mas não são aceitas por ninguém e ficam fora do mercado de trabalho, são excluídas do mundo social. Como é que vão sobreviver?", pergunta a sindicalista.



CSA REALIZA SEU 3º CONGRESSO CONTINENTAL EM SÃO PAULO



Patah reforçou a atuação da CSA no fortalecimento do sindicalismo global

cional dos Profissionais Liberais).

Em seu 3º Congresso, que contou com a presença de 500 participantes, entre delegados e convidados internacionais de quase 40 países do mundo, a CSA reafirmou

seu compromisso com um sindicalismo forte e plural, com o aumento e o fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora, com o desenvolvimento sustentável e com a democracia nos países da região.

VÍCTOR BÁEZ FOI REELEITO SECRETÁRIO GERAL DA CSA



Durante o 3º Congresso Internacional da CSA, aconteceu o processo eleitoral que reconduziu Víctor Báez Mosqueira ao cargo de secretário geral da entidade, para um mandato que vai até 2020.

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) ficou com três cargos nessa nova composição. Laerte Teixeira da Costa permaneceu no cargo de secretário de Políticas Sociais, Sidney Corral foi eleito para o Conselho Executivo e Regina Pessoti Zagretti para o Comitê Feminino.

“Parabenizo meu companheiro Víctor pela reeleição e pelo glorioso trabalho que ele e toda sua equipe vêm fazendo ao longo dos anos, sempre em prol da

classe trabalhadora, da democracia e do fortalecimento de um movimento sindical que rompa as barreiras que separam os países das Américas”, disse Ricardo Patah, presidente nacional da UGT.

FETRACOM-PA INAUGURA NOVA SEDE EM BELÉM



Com a presença de sindicalistas e autoridades, sede da Fetracom é inaugurada no Pará



A nova sede está localizada na Avenida Alcindo Cacela, no bairro da Condor, em Belém do Pará

A Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviço dos Estados do Pará e Amapá – FETRACOM-PA/AP teve inaugurada sua nova e definitiva sede, localizada na Avenida Alcindo Cacela, no bairro da Condor, em Belém do Pará.

Representando mais de meio milhão de trabalhadores comerciários na base, a entidade, de grau superior, tem uma das mais modernas instalações do País para a defesa das categorias trabalhadoras, que congrega sindicatos de todos



Costumes do povo paraense foram retratados em um espetáculo cultural de danças e ritmos próprios, como o carimbó

os setores do comércio atacadista e varejista em todo o Estado.

“Essa foi uma luta que começou há quatro anos. Já tínhamos a sede, mas era necessária uma grande reforma para se adaptar aos padrões da atualidade. Ademias, as instalações estavam com sua segurança comprometida. Durante um entronco com todos os dirigentes sindicais, deliberou-se pela derrubada do prédio velho e construção de um novo”, disse o sindicalista Zé Francisco, que é também presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores) e dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).

E os trabalhadores escolheram um momento especial para inaugurar a nova sede da Federação: durante a 4ª Plenária da UGT e o Encontro dos Dirigentes Sindicais Comerciários do Pará, realizados no Hotel Sagres, em São Brás, centro de Belém, nos dias 2 e 3 de junho deste ano, com as presenças do presidente da CNTC, David Fernandes, e de Chiquinho Pereira, representando a executiva nacional da UGT, além de dirigentes sindicais de todo o Pará.

Para celebrar o evento, foi descerada por David Fernandes e Zé Francisco a placa inaugurativa. Depois, as novas instalações foram abertas ao público presente, como o auditório, onde ocorreu a sessão especial, com um espetáculo de carimbó, dança e ritmos próprios que traduzem a cultura e o costume do povo paraense.

Na nova sede, funcionará a escola de formação dos dirigentes sindicais e haverá cursos de aperfeiçoamento e qualificação profissionais que já eram realizados pela Federação no antigo prédio. “Esse é o fruto do suor de todos os trabalhadores, que serão recompensados com os serviços que serão prestados em favor de todos”, disse David Fernandes, que também fez palestra durante o Encontro dos Comerciários.

A CORRUPÇÃO FEZ SUMIR 40 MIL EMPREGOS

Atendendo ao chamado de Ricardo Patah e de Gustavo Walfrido, respectivamente, presidentes nacional e regional Pernambuco da União Geral dos Trabalhadores (UGT), o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, não deixou de amparar os trabalhadores e trabalhadoras que foram afetados pela interrupção das atividades na Refinaria de Abreu e Lima e no Complexo Industrial Portuário - SUAPE e participou, no dia 24 de agosto, da assembleia que aconteceu na Praça da Estação de Cabo de Santo Agostinho. "É muito triste a gente ver que, neste local, mais de 40 mil pessoas encontram-se desempregadas. Há pessoas passando fome, pois não recebem salários, e essa situação faz com que o cidadão perca sua autoestima. A UGT está aqui porque precisamos encontrar uma solução rapidamente para minimizar o drama dessa população", explicou Patah.

O líder ugetista reforçou a necessidade de buscar alternativas

As atividades que foram paralisadas por conta dos escândalos de desvio de verbas em contratos da Petrobrás e em outras obras do Governo Federal prejudicaram, só no Estado de Pernambuco, mais de 40 mil trabalhadores

para que a oferta de emprego volte a ser abundante na região. "Temos que retomar as atividades na Refinaria de Abreu e Lima e em SUAPE, assim como concluir a transposição do São Francisco e incentivar a volta das empresas que geram emprego e renda para a população."

Aldo Amaral, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Pernambuco (Sintepav), lembrou que hoje o

desemprego é alarmante na região e não é possível continuar com essa situação. "Está tudo parado, tanto na refinaria quanto no porto, e grande parte do que já foi feito está se deteriorando. A situação é que, hoje, lá, não se chega a 80 postos de emprego, mas já chegou a ter 60 mil."

O ministro Ronaldo Nogueira assumiu o compromisso de se empenhar para que a situação local seja definitivamente solucionada. "Não tenho como responder pela volta das obras, mas iremos superar essa situação de desemprego", disse o parlamentar.

"Precisamos repudiar aqueles que protagonizaram a corrupção e saquearam a Petrobrás, quebrando todo o sistema produtivo desse setor, o que gerou mais de 40 mil postos de trabalho fechados só nesta região. A partir de agora, precisamos organizar uma estratégia de ação que tenha como base a pauta de reivindicação entregue a mim pelo Aldo e pelo Patah", ressaltou o ministro.

"As pessoas que vivem aqui há cerca de dois anos não têm trabalho, não possuem renda alguma e, em muitos casos, já estão passando necessidades"

Ricardo Patah

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO (SUAPE)

Foto: A1 SUAPE - Fotos Públicas



No encontro com o governador Paulo Câmara, Patah cobrou a implantação do piso salarial regional

GOVERNADOR DE PERNAMBUCO RECEBE A UGT

Assim que a assembleia acabou, os sindicalistas ugetistas Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, Gustavo Walfrido, presidente da UGT-PE, e Aldo Amaral, presidente do Sintepav, foram recebidos pelo governador do Estado, Paulo Câmara.

O encontro teve a finalidade de levar a conhecimento do parlamentar a real situação dos trabalhadores e trabalhadoras que hoje encontram-se desempregados com a paralisação das atividades na Refinaria de Abreu e Lima e no Complexo Industrial Portuário - SUAPE. "Temos, ao todo, 40 mil trabalhadores desempregados e, apesar de já termos resolvido uma parte, ainda tem cerca de 10 mil trabalhadores que não receberam sequer suas verbas rescisórias", explicou Aldo.

O sindicalista ressaltou que, em todo esse processo de luta em prol dos trabalhadores afetados pela paralisação das atividades na Refinaria de Abreu e Lima e no Porto de SUAPE, apesar dos esforços, o Sindicato não pôde fazer muita coisa. Sendo assim, o apoio do governador é fundamental para minimizar os danos causados a esses pais e mães de família. "O senhor sabe que a Justiça é lenta e há coisas que estão fora do alcance do Sindicato. Por exemplo, em novembro deste ano teremos o *deadline* para uma empresa pagar o que deve aos trabalhadores. Se ela não fizer os pagamentos, pediremos sua falência. Só aí já temos uma ação que envolve mais de 5 mil profissionais. A outra deve R\$ 130 milhões e, até

agora, conseguimos o bloqueio de R\$ 10 milhões - é muito pouco perto do montante, contudo o Sindicato está na briga, mas nem tudo depende da gente", relatou Aldo.

Gustavo Walfrido explicou ao governador que a UGT é uma central diferenciada, que luta em prol dos direitos trabalhistas, mas acreditando que o bem-estar da classe trabalhadora ultrapassa as barreiras da relação capital/trabalho, que busca desenvolver ações que promovam a construção de políticas públicas que beneficiem toda a população. "Nós queremos contribuir para construir um Estado forte", disse o sindicalista. "Queremos fazer parceria e construir uma relação com o senhor (governador), para que tenhamos o seu respaldo em tudo que precisarmos e que seja de interesse da classe trabalhadora e da sociedade em geral", concluiu Gustavo.

Piso estadual

Durante o encontro, o presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, cobrou do governador Paulo Câmara, a implantação do piso salarial regional. Esta é uma bandeira de luta ugetista que tem como finalidade melhorar a distribuição de renda, ampliar o poder de compra da população e, por consequência, contribuir para o aquecimento econômico dos Estados.

"Esta é uma proposta que não gera encargos ao Governo, mas é muito valiosa para a classe trabalhadora e para a economia local, já que os trabalhadores terão aumento na sua renda e no seu poder de compra", finalizou Patah.

MINISTRO RONALDO NOGUEIRA RECEBE CURRÍCULOS DURANTE ASSEMBLEIA COM TRABALHADORES



A União Geral dos Trabalhadores (UGT), que promoveu, no dia 24 de agosto, no Centro do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, o encontro entre o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e as pessoas prejudicadas pela interrupção das atividades na Refinaria de Abreu e Lima e no Complexo Industrial Portuário (SUAPE), surpreendeu-se com o encerramento do ato, já que centenas de currículos foram entregues ao membro do Governo.

"A entrega dos currículos foi uma ação simbólica, mas que reflete a realidade vivida pelas pessoas dali que, há cerca de dois anos, não têm trabalho, não possuem renda alguma e, em muitos casos, já estão passando necessidades", diz Ricardo Patah, presidente nacional da UGT.

Patah ressaltou que o ministro Ronaldo Nogueira ficou sensibilizado com a ação dos trabalhadores e que, apesar de não ter poderes legais para coordenar a retomada das atividades das obras federais no Estado, se comprometeu a atuar intensamente para que estas sejam

retomadas e que os cerca de 569 mil pernambucanos que hoje se encontram desempregados possam retomar suas atividades.

O ministro reiterou que está lado a lado com os trabalhadores e que buscará alternativas para superar o desemprego naquela região.



"Não é culpa do trabalhador se houve corrupção. Precisamos do nosso emprego de volta"

Aldo Amaral, presidente do Sinteapav-PE

"Não tenho como dar uma resposta no sentido da retomada das obras, mas sinalizo que estou do lado dos trabalhadores para vencer esse desafio (desemprego)", explicou.

"Não é culpa do trabalhador se houve roubo ou corrupção. Só precisamos dos nossos empregos de volta", afirmou Aldo Amaral, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Pernambuco (Sintepav-PE).

O sindicalista foi enfático ao abordar a grave situação do desemprego no Estado e salientou que, graças à sinalização do ministro, que se propôs a atuar para solucionar a situação dos trabalhadores e trabalhadoras da região, é possível ampliar as discussões sobre a retomada das obras do Governo Federal no Estado de Pernambuco. "A situação dessas pessoas é gravíssima e sabemos que a retomada das atividades na nossa região não é uma decisão do ministro, mas ele pode influenciar nas tomadas de decisão. Por isso, a partir do momento em que ele se posiciona ao lado da classe trabalhadora, o que ele puder fazer para minimizar o sofrimento da população pernambucana, com certeza fará", concluiu Aldo.

PISO 1.500 REAIS



NACIONAL JÁ!



UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

www.ugt.org.br

RICARDO PATAH, presidente

REFORMA SINDICAL

AUTORREGULAMENTAÇÃO PARA ACABAR COM OS ABUSOS

Sejamos francos e sinceros. Paralelamente ao que ocorre nos poderes legislativos e executivos nacionais, parte significativa do movimento sindical brasileiro sofre uma grave crise ética, comprometendo os sindicalistas sérios e praticantes da gestão combativa e honesta que, felizmente, ainda são maioria, mas a banda pode crescer aceleradamente.

É chegada a hora do movimento sindical chamar para si a responsabilidade de eliminar as muitas falhas e brechas que permitem a qualquer bando mal-intencionado criar ou dominar sindicatos como se propriedades suas fossem.

A lista de problemas gerados pela atual regulamentação da atividade sindical é grande. E não vai parar de crescer enquanto for da responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego ditar, ao sabor dos interesses das forças políticas que se sucedem no comando da pasta, as regras para a criação e registro das entidades.

As normas e procedimentos estabelecidos pelo MTE por meio de portarias, além de se constituírem intervenção e interferência indevidas, ao contrário de impedir, têm sido estimuladores e legitimadores de todo tipo de artimanhas, muitas delas flagrantemente ilegais, para a criação de sindicatos.

No Brasil, hoje, se cria e registra, com toda facilidade, sindicato de categoria com dezenas de milhares de trabalhadores, cuja assembleia de fundação só existiu no papel ou reuniu apenas dez a 20 pessoas, muitas delas com carteiras de trabalho "esquentadas".

Assembleias fajutas, não raro, elegem um presidente que é irmão do tesoureiro, primo do secretário



geral ou pai do conselheiro fiscal. Ou tudo isso junto. E todos recém-empregados na mesma empresa "laranja", de propriedade da mãe, da prima, do amigo ou de um cúmplice remunerado.

Da mesma forma, não haverá sindicato imune à sanha de dirigentes desonestos enquanto estes puderem agir sob estatutos escritos a seu bel prazer. É inadmissível que

existam entidades sindicais com estatutos que dificultam ao máximo a realização de eleições limpas, impedem o controle transparente das contas, distanciam os trabalhadores das decisões e, ao mesmo tempo, facilitam a propagação de males como o peleguismo, o patrimonialismo, o nepotismo, o aparelhamento partidário e tantas outras formas negativas, e até mesmo criminosas,

de desvio da finalidade sindical.

Para mudar essa situação, há várias propostas circulando. Algumas, de claro viés antissindical, oriundas do patronato que, apoiado por intensa campanha da mídia de desmoralização do sindicalismo e sob o falso argumento da remoção de barreiras ao crescimento econômico, quer acabar com todas as garantias constitucionais e legais que asseguram o funcionamento e a sustentação econômica dos sindicatos.

Longe de querer moralizar qualquer coisa, querem os patrões é fragilizar os sindicatos, deixando-os sem fontes de custeio e sem a unicidade na base. Assim, julgam facilitar a imposição da agenda lesa-trabalhador, que prioriza hoje a "atualização" da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), a terceirização sem limites, o negociado sobre o legislado e a reforma da previdência. E pior ainda, vão tentar impor no futuro, caso consigam acabar de vez com o sindicalismo forte e independente neste País.

Há quem proponha que basta acabar com as contribuições sindicais obrigatórias e instituir a pluralidade sindical plena para que desapareçam do mapa os sindicatos de fachada e só os puros de espírito se apresentem para representar os trabalhadores.

Trabalhadores estes que, voluntariamente, supririam todos os recursos necessários para o custeio da estrutura sindical necessária ao enfrentamento local, nacional e internacional dos desafios colocados por um patronato cada vez mais articulado e globalizado.

Só nos sonhos de quem vive em Pindorama, com a cabeça na Suécia ou Alemanha, tais soluções funcionam. Na realidade do Brasil que conhecemos, nos jogariam no pior dos pesadelos.

Ciente de que quase nada de proveitoso se tira das propostas que tentam impor de fora para dentro uma reforma capaz de fazer prevalecer na criação e gestão dos sin-

dicatos os princípios da moralidade e da transparência, sem prejuízo da missão fundamental de organizar, conscientizar, mobilizar, representar e prestar serviços aos trabalhadores, a UGT lançou aos seus filiados o desafio de formular modelo de autorregulamentação para ser apresentado ao movimento sindical e à sociedade brasileira.

A FECEP (Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná) aceitou e decidiu encarar o desafio. Começamos pela adequação dos próprios estatutos da FECEP e seus filiados. Já há consenso sobre diversas mudanças estatutárias que deverão ser adotadas por toda a estrutura sindical comerciária paranaense, em especial no que tange à transparência no controle das contas e na imposição de regras rígidas para impedir o nepotismo na formação das diretorias e na contratação de funcionários tanto na federação quanto nos sindicatos filiados.

É um começo, mas sabemos que muito mais precisa mudar. E as mudanças têm que acontecer em todos os níveis.

A autorregulamentação, dentro do verdadeiro espírito da liberdade e autonomia sindical prevista na Constituição de 1988, e até hoje ainda não respeitada em sua essência, impõe a criação de um órgão autorregulador bipartite desvinculado do Governo, formado e comandado exclusivamente por representantes das centrais sindicais, confederações de trabalhadores e confederações patronais.

O órgão autorregulador deverá assumir todas as tarefas e atribuições hoje de competência do MTE nas questões de registro sindical. Será de sua responsabilidade fixar e fiscalizar o cumprimento de normas que assegurem a criação ou o desmembramento de sindicatos apenas onde se comprove, por meios confiáveis e verificáveis, a aprovação de 50% mais um do total de trabalhadores da categoria a ser representada pela nova entidade.

Poderá o órgão autorregulador também cassar o registro de entidades que não atendam a critérios mínimos de representatividade ou de comprovação do cumprimento das atividades sindicais básicas, tais como a negociação coletiva ou a prestação de assistência jurídica, trabalhista, entre outras.

Sem prejuízo das especificidades de cada categoria, o órgão autorregulador deverá formular e fazer cumprir um conjunto mínimo de normas estatutárias padronizadas, válidas para todos os sindicatos, federações, confederações e centrais, tanto laborais quanto patronais, fixando regras que democratizem os processos eleitorais, garantam transparência no controle das contas, estabeleçam limites máximos para a duração de mandatos e assegurem a participação efetiva da categoria na tomada das decisões mais importantes.

O debate está aberto. Os comerciários do Paraná já estão fazendo a sua parte. Convidamos aos demais companheiros ugetistas a se somarem nessa empreitada. O tempo urge. Do jeito que está não pode ficar. É chegada a hora do sindicalismo cidadão, ético e inovador.



Vicente da Silva é presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná, vice-presidente da Confederação Nacional dos Empregados no Comércio e representante da UGT no Conselho de Relações do Trabalho do MTE

Foto: Sérgio Vale/Secom



ELES CHEGARAM. E AGORA?

Imigrantes altamente capacitados, com formação superior, chegaram ao Brasil, mas estão trabalhando em áreas totalmente diferentes daquilo que consta em seus currículos

São Paulo é uma cidade conhecida por acolher imigrantes de todas as partes do mundo. Uma metrópole que tem uma ligação muito forte com o processo migratório, tanto aquele que aconteceu dentro do próprio Brasil, graças ao deslocamento das pessoas das Regiões Norte e Nordeste do País, quanto o que recebeu de braços abertos os estrangeiros, principalmente a partir da primeira metade do século 20.

Assim, não é exagero dizer que essa é uma cidade erguida com o suor dos imigrantes, que contribuíram em todos os setores da economia paulista, desde a lida dos campos com a criação de animais ou nas lavouras até a construção dos edifícios e pavimentação das ruas dessa megalópole.

Ao andar pelas ruas paulistanas, já era comum se deparar com um profundo choque cultural e encontrar numa esquina alguém falando árabe, japonês, italiano ou português de Portugal, por exemplo. Agora, podemos acrescentar a essa lista o francês, o crioulo ou créole dos haitianos, ou o Kikongo, que é falado no Congo, entre outros idiomas.

Entre esses imigrantes, é fácil encontrar pessoas com formação superior. São médicos, jornalistas, advogados, dentistas e outros profissionais que, ao chegar ao Brasil, muitas vezes por não dominar a língua portuguesa, não encontrar alguém que os auxilie ou até por conta de todo o processo de validação de seus diplomas, acabam por trabalhar em áreas totalmente diferentes daquelas que constam em sua formação.

“É um processo natural e uma questão de sobrevivência. Isso ocorre também se um brasileiro com formação superior migra para outro país em busca de uma condição melhor de vida”, explica Jacqueson Saint Louis, advogado haitiano que trabalha como assessor do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio em Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo (Siemaco).

Jacqueson está no Brasil desde 2012, fugido do terremoto que devastou sua terra natal, e trabalha no Siemaco desde maio deste ano, desempenhando um trabalho fundamental para o Sindicato e para os imigrantes que estão chegando à capital paulista. “As empresas de limpeza contrataram muitos imigrantes, vindos da África ou do Haiti, que encontravam na linguagem uma barreira que não lhes permitia prestar um bom serviço para essa turma. O Jacqueson é um cara que fala inglês, francês, se comunica bem no português, então está nos ajudando bastante”, conta João Carlos Capana, diretor Social do Siemaco. >>

Assim como Jacqueson, muitos dos imigrantes que aqui chegam, além de falar dois ou três idiomas, possuem curso superior. Caso do jornalista Jouna Marambu Mdongara, refugiado do Congo, que está no Brasil há um ano. Fugiu da guerra civil que assola seu país e porque lá, segundo ele, liberdade de imprensa e de expressão é um sonho muito distante da realidade. "Lá não pode falar mal do Governo. Democracia no Congo é só da boca para fora. Na prática, não funciona. Se alguém falar qualquer coisa, arruma muita confusão. Então, você morre ou fica na cadeia.



Jouna Marambu Mdongara



Jacqueson Saint Louis

Por isso minha família me mandou embora."

Francisco Estrela Maguanda, engenheiro em informática e também refugiado do Congo, fala quatro idiomas e diz, com muito orgulho, que o Brasil é um país de paz, totalmente diferente do que ele estava acostumado.

Nenhum dos três tentou validar seus diplomas. Segundo Jouna, é muito complicado, por conta da burocracia que envolve essa questão e pelo preconceito e discriminação que os imigrantes sofrem. "Tem brasileiro que é bom, mas tem brasileiro que é mau e não gosta da gente", conclui.

PREVIDÊNCIA

A onda migratória mais recente levanta dúvidas em relação ao sistema previdenciário para essas pessoas. Muitos imigrantes, ao chegarem ao solo brasileiro, já possuem idades avançadas para se enquadrar às regras previdenciárias vigentes no País, o que é preocupante, principalmente porque, se realmente fixarem residência no Brasil, só poderão se aposentar por idade e não por tempo de contribuição.

Segundo Rubens Gonçalves Jr., advogado especialista em previdência, o Brasil tem convênio de cooperação com diversos países para que esses imigrantes não percam o tempo de contribuição que já possuem. "Cada país tem um contrato específico, mas, dependendo do acordo, com 15 anos de contribuição e 65 anos de idade, eles têm direito à aposentadoria", explica o advogado.

Para Natal Leo, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Idosos e Pensionistas da UGT (Sindicapi), esse é um tema delicado e que necessita de uma abordagem mais aprofundada, uma vez que, por conta de tudo o que essas pessoas sofrem para chegar ao Brasil e do que passam no dia a dia para sobreviver, como fome, frio ou falta de moradia decente, elas acabam ficando com a saúde debilitada, o que as força a procurar auxílio no Sistema Único de Saúde (SUS) e, dependendo do caso, buscar auxílio-saúde ou aposentadoria por invalidez.

"Temos que conferir se esses imigrantes têm seus direitos assegurados. É preciso fazer um trabalho de formiguinha para verificar se o país de origem dessas pessoas possui acordo com o Brasil. Se não tiver, precisamos desenvolver ações que busquem a ratificação desse contrato e, se já existir essa cooperação, precisamos orientar essas pessoas", diz Natal Leo.

Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, enfatiza que a questão que envolve os imigrantes reforça o posicionamento ugetista, que é contrário à reforma previdenciária apresentada pelo Governo Federal, que visa aumentar o tempo de contribuição e igualar esse tempo entre homens e mulheres, além de criar o sistema de idade mínima para aposentadoria, o que prejudicará principalmente as pessoas de baixa renda, que entram no mercado de trabalho cada vez mais cedo, e as mulheres, que cumprem duplas ou triplas jornadas de trabalho.

"Não somos favoráveis à retirada de benefícios da população e essa proposta que está sendo apresentada penaliza, diretamente, as pessoas mais pobres pelo suposto rombo no sistema previdenciário, mas, em nenhum momento, aborda mudanças no pagamento de aposentadoria a parlamentares, que têm um período de contribuição de oito anos", explica o líder ugetista.

A UGT entregou para o Governo Federal um conjunto de propostas que cumprem o objetivo de aumentar a arrecadação para suprir o déficit da previdência sem penalizar, ainda mais, a população. São elas: a criação de uma CPMF exclusiva para a previdência; revisão das isenções previdenciárias para entidades filantrópicas, o que tem um impacto de R\$ 11 bilhões; alienação de imóveis e outros patrimônios em desuso, com impacto de R\$ 1,5 bilhão; cobrança de R\$ 236 bilhões em dívidas ativas da previdência; entre outras.



Ricardo Patah, presidente da UGT Nacional

LIBERDADE POR MEIO DO TRABALHO

Conhecida como a Casa dos Imigrantes, a Igreja da Paz, localizada na Baixada do Glicério, no centro de São Paulo, há quase 80 anos acolhe, orienta e encaminha para empregos formais as pessoas que chegam à capital paulista.

A Missão Paz, nome desse trabalho feito junto aos imigrantes como uma forma de evitar um choque cultural muito abrupto entre o empregado e o empregador, ministra uma palestra esclarecendo um pouco de como é trabalhar com um imigrante, quais suas expectativas, sonhos e necessidades.

A igreja é referência em todo o País no acolhimento dos imigrantes e apresentou um crescimento vertiginoso no número de atendimentos entre o período de 2012 e 2015, pulando de 1.050 fichas cadastrais para 11.026, e de 450 para 5.862 o número de pessoas contratadas.

Somente no primeiro semestre de 2016, a casa acolheu 1.146 pessoas e, apesar do alto índice de contratações, muitos imigrantes não arrumam colocação no mercado de trabalho e, mesmo possuindo curso superior em seus países, acabam partindo para o trabalho informal ou deixam o Brasil partindo para o Chile, o que é um reflexo direto da grave crise econômica brasileira.



Foto: Laura Daudén Conectas

UGT REPRESENTA O BRASIL EM SEMINÁRIO NA ITÁLIA

Ricardo Patah, presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, representou o Brasil no Seminário Mundial de Sustentabilidade, Desenvolvimento e Futuro do Trabalho, realizado em Roma, na Itália, no dia 03 de maio. No evento, o sindicalista defendeu o fortalecimento do conceito de trabalho decente para a garantia de direitos e melhoria da qualidade de vida da população.

O Seminário, que reuniu a alta cúpula da igreja católica e representantes de 12 países, teve como objetivo debater o papel social das igrejas e sua influência no mercado de trabalho. "A igreja cumpre um papel importantíssimo, principalmente junto às comunidades mais necessitadas, em que as pessoas vivem em situação de vulnerabilidade", disse Ricardo Patah.

"Muitas vezes, essa população que vive em situação de vulnerabilidade, na busca por oportunidades

de trabalho ou qualidade de vida, acaba migrando para outros países. O Brasil, por exemplo, de 2010 até 2015, recebeu cerca de 300 mil haitianos. Em outubro passado, aproximadamente 44 mil receberam autorização de residência permanente, o que permitiu a eles tirar a carteira de identidade de estrangeiro, documento que possibilita o acesso ao mercado formal de trabalho e a serviços públicos, como saúde e educação – um direito que deveria ser estendido a todos os cidadãos", descreve Patah.

Ricardo abordou também o papel da igreja católica junto a essa população de imigrantes. "Assim que chegaram ao solo brasileiro, os cidadãos haitianos se espalharam pelo País, mas os que foram para São Paulo acabaram sendo acolhidos pela Paróquia Nossa Senhora da Paz, na Baixada do Glicério. Essa paróquia é conhecida por receber, desde 1940, imigrantes ou refugiados das mais diversas nacionalidades."

Paróquia Nossa Senhora da Paz

Foto: Heloisa Ballarini/SECOM



Ricardo Patah discursa em ato com cúpula da Igreja Católica

O líder ugetista defendeu que lutar pela ampliação dos direitos trabalhistas é empunhar a bandeira dos direitos humanos por educação, saúde e moradia de qualidade, o que contribui diretamente para a melhor distribuição de renda, aumento do poder de compra da população e, conseqüentemente, fortalecimento da economia dos países.

"Temos que defender os interesses dos trabalhadores por meio do conceito de trabalho decente e pela melhoria, principalmente, do salário mínimo, que, só no Brasil, é pago a mais de 35% dos trabalhadores e que, nos últimos oito anos, foi reajustado em mais de 200%", esclareceu Ricardo Patah, que concluiu dizendo que o fato de estar num evento daquela importância representando o Brasil lhe permitiu trocar experiência com pessoas do mundo todo, levando para eles um pouco das ações realizadas por um sindicalismo cidadão, ético e inovador.

trabalho decente
vida decente

ALÉM DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Em meio aos preparativos para a realização de seu VIII Seminário Nacional, que acontecerá até o fim de 2016, o Sindicato dos Empregados em Postos de Combustíveis (Sinpospetro Campinas/SP), entidade filiada à União Geral dos Trabalhadores (UGT), comemora resultados advindos dos compromissos assumidos durante a sétima edição do encontro, realizada em junho do ano passado, em Salvador/BA.

Na ocasião, o empenho nas ações de proteção à saúde do trabalhador foi uma das premissas de luta definidas pelas lideranças dos 53 sindicatos da categoria de todo o Brasil que estiveram no evento.

Refiro-me à questão da exposição ocupacional ao benzeno, substância presente nos combustíveis e que, de acordo com o Ministério da Saúde e Previdência e Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, é capaz de provocar alterações na medula óssea, câncer, intoxicações crônicas e anemia, dentre outras doenças.

Recentemente, Belo Horizonte, em Minas Gerais, sancionou a Lei 10.943/2016 e juntou-se às cidades de Sete Lagoas, Divinópolis, Contagem e Juiz de Fora na proibição à prática do abastecimento do tanque dos veículos após o desarme automático de segurança da bomba.

Elaborada em parceria com o Sindicato dos Frentistas, essa Lei tem por objetivo ajudar a romper a prática cultural de abastecer o veículo "até a boca", o que aumenta em até 20 vezes a possibilidade de contaminação do trabalhador.

A Federação Nacional dos Frentistas (Fenepospetro), que conta hoje com três representantes na Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz), tem intensificado junto aos seus sindicatos o apoio a essa antiga bandeira de



luta, cuja primeira vitória expressiva se deu em 2014, com a implantação da Lei, de forma pioneira, no Estado de Santa Catarina. Hoje, a medida está vigente também em Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Paraná e no Distrito Federal.

No início deste ano, São Paulo, que tem 100 mil trabalhadores, conseguiu, com a ajuda da Federação Estadual - Fepospetro, entidade presidida por Luiz Arraes, a aprovação da Lei em quatro cidades do interior do Estado, entre elas, Sorocaba. A



Francisco Soares de Souza, presidente do Sinpospetro Campinas e da (Fenepospetro)

categoria também emplacou Projeto de Lei que dispõe sobre a tratativa na Assembleia Legislativa, por meio do deputado estadual Marcos Martins (PT), parlamentar com trajetória dedicada às causas sociais.

Dentro do assunto saúde, não é exagero afirmar que a maioria dos trabalhadores em postos de combustíveis desconhece os riscos que envolvem a profissão de frentista, tampouco a correlação entre a atividade e a aposentadoria especial, benefício com o qual a categoria passou a contar a partir do decreto 8123/13, que fez alterações no regulamento da Previdência.

E é aí que o exercício do trabalho de base, ação que acompanha a implantação da medida nos postos, tem como efeito positivo propiciado, além da troca de informações, o estreitamento da relação entre trabalhador e sindicato. Nesse âmbito, cabe destacar que às dúvidas inerentes à categoria soma-se o aumento da preocupação coletiva com a questão do desemprego e a ameaça da perda de direitos. A conjuntura impõe ao movimento sindical atuação coerente com suas prerrogativas frente aos novos desafios do mundo do trabalho e da justiça social.

A LUTA CONTINUA!

Instituto de Altos Estudos da UGT **IAE**

UMA REVOLUÇÃO NO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

O Brasil passa por rápidas mudanças socioeconômicas e atravessa uma crise econômica e política estrutural em um ambiente de profunda incerteza quanto ao futuro.

Trata-se de uma crise estrutural econômica porque o modelo de crescimento baseado na exportação de *commodities* e na expansão do consumo com baixas taxas de investimento de longo prazo e em infraestrutura dá claros sinais de esgotamento desde 2013. E de uma crise política estrutural porque o sistema político fragmentado baseado no presidencialismo de coalizão exige uma reforma política consistente. É muito difícil qualquer projeto de médio e longo prazos em um sistema político com 35 partidos. Por outro lado, a judicialização da política no Brasil constitui riscos para o funcionamento democrático. Promotores e juizes não são eleitos nem sequer submetidos a um controle social. No entanto, tem sido crescente a participação dos operadores do poder judiciário em questões que deveriam ser resolvidas pela via política, pela negociação e pelo diálogo social. E mais: esses operadores têm se alinhado

com as visões do liberalismo econômico e do Estado mínimo, com profunda desconfiança em relação aos sindicatos e organizações da sociedade civil.

Nesse contexto, há uma grande necessidade de centrais sindicais produzirem ideias e propostas com apoio de uma organização como o Instituto de Altos Estudos da UGT (IAE-UGT) para influir na definição dos rumos do País. O IAE desempenha, por meio de uma rede de colaboradores acadêmicos, papel-chave na preparação para uma atuação em uma realidade crescentemente complexa.

A formação do IAE-UGT em 2011 foi, sem dúvida, uma inovação no movimento sindical brasileiro. Não porque não havia centros, institutos e observatórios antes vinculados direta ou indiretamente a centrais sindicais, mas porque o formato e a lógica de atuação do Instituto de Altos Estudos se assemelham aos

“tanques de ideias” (*Think Tanks*) que elaboram e apresentam posições, estudos e reflexões sobre uma ampla gama de temas – economia internacional, políticas públicas, mudança climática, financiamento do movimento sindical, previdência, novas formas de organização sindical, entre outros.

A motivação principal da criação do IAE-UGT foi a necessidade de a União Geral dos Trabalhadores possuir, de forma organizada e sistemática, um centro de altos estudos que produzisse reflexões, ideias, pesquisas sobre temas de interesse do País e, por conseguinte, do cidadão trabalhador. As organizações de trabalhadores necessitam estar preparadas para o novo tipo de papel que estão sendo chamadas a representar, principalmente em sua estrutura mais elevada, as centrais. Cabe à organização dos trabalhadores produzir reflexões de alto nível sobre a realidade internacional e a brasileira.

O IAE foi criado com inspiração em grandes institutos similares em nível internacional, vinculados ao mundo do trabalho, como o Instituto de Pesquisa Social e Econômica (*Wirtschafts-und Sozialwissenschaftliche Institut-WSI*) da Fundação Hans-Böckler, da central sindical alemã (DGB), e o Economic Policy Institute (EPI), cujo objetivo é ampliar a

discussão sobre política econômica para incluir interesses de trabalhadores de rendas média e baixa. Há também nos Estados Unidos a experiência do Institute for Policy Studies (IPS), um *think tank* progressista com três eixos: justiça, paz e meio ambiente.

Desde 2011, foram desenvolvidas ações do IAE como a produção sistemática de artigos mais curtos

e de análise sobre vários temas da conjuntura política e econômica, a produção de relatórios aprofundados, a exemplo da contribuição das centrais sindicais sobre a mudança climática – material preparado para a COP21 em Paris em 2015. Houve também a elaboração de um relatório de análise pioneiro sobre o acordo de livre comércio Parceria Transpacífico (*Transpacific Partnership - TTP*) e suas implicações para os trabalhadores dos países envolvidos.

Um tema de crescente interesse no âmbito da UGT é a participação das centrais sindicais na formulação e na implementação de políticas públicas. A Central participa de um grande número de conselhos tripartites para entender melhor como surgem e como são implementadas as políticas públicas, bem como quem são os atores que mais influenciam nas decisões e como o fazem – um subsídio importante para os dirigentes sindicais. Nesse sentido, um dos relatórios de análise do IAE foi um documento sobre o papel das centrais sindicais nas políticas públicas por meio de ações de articulação parlamentar e por meio da participação em conselhos tripartites.

Além da produção intelectual realizada no âmbito do Instituto, vale mencionar as assessorias às reuniões de planejamento da direção da UGT e de sua operativa e a realização >>



"O IAE é uma inovação pelo caráter pioneiro da UGT na criação de um instituto do tipo think tank alinhado aos interesses dos trabalhadores sem perder o caráter crítico, plural e democrático"

Roberto Nolasco



de palestras em encontros e seminários organizados pela Central, como o dos comerciários e o encontro sindical de juventude, raça e gênero. Não há dúvida de que o IAE cresceu em suas atividades e no reconhecimento de sua importância entre os dirigentes da UGT, tanto em nível nacional quanto estadual.

Apesar disso, muitos perguntariam qual seria a importância de uma central sindical possuir um instituto próprio se os centros existentes poderiam ser mobilizados de acordo com as demandas e necessidades? Será que é relevante e estratégico a UGT possuir um instituto

do tipo *think tank*? Por que o IAE seria uma inovação?

É fundamental entendermos o peso crescente que esse tipo de organização tem desempenhado no âmbito dos governos e da relação entre as grandes corporações privadas e o governo. É preciso lembrar que, nos últimos anos, as grandes mobilizações de rua no Brasil, de caráter mais conservador, não foram organizadas por partidos políticos, por sindicatos, organizações profissionais e estudantes ou por movimentos sociais estruturados. Tão pouco foram mobilizações "espontâneas". A dificuldade de mui-



Superando a crise política e econômica, o rumo para o crescimento do Brasil inicia pelo Norte do País

tos foi entender a influência dos *think tanks* alinhados com a ideologia neoliberal. Os sindicatos e as organizações partidárias no Brasil não possuem experiência prévia com esse fenômeno. No entanto, eles tiveram uma influência enorme na imprensa televisiva e escrita e, mais diretamente, na sociedade civil. O modelo de gerar e difundir ideias em institutos do tipo *think tank* capazes de influir em políticos, empresários, burocratas do Governo e líderes da sociedade civil é especialmente relevante em tempos de crise.

Nesse sentido, o IAE é uma inovação pelo caráter pioneiro da UGT



Instituto denuncia a tentativa de reorganizar a economia mundial em favor de países ricos

O mercado de trabalho nacional passou por períodos positivos até 2008, de lá para cá, com a alta do dólar, a exportação se tornou a melhor opção para a geração de emprego



ATO HOMENAGEIA AS 11 VÍTIMAS DAS OBRAS DAS OLIMPÍADAS RIO 2016



Allan Sampaio, com a filha, plantou uma árvore, um pé de Pau Brasil, em ato simbolizando a vida

ria dos acidentes acontece por falta de equipamentos e materiais de qualidade que garantam a vida dos trabalhadores. No entanto, é importante que saibam que o Sindicato não luta apenas por melhores salários ou alimentação, mas também pela vida. Essa é a nossa responsabilidade”, enfatizou o presidente, lembrando que muitas empresas ainda hoje usam cordas no lugar de cintos de segurança.

Compromisso com a luta pela vida

Representante das entidades filiadas à ICM no Brasil, Nilson esclareceu que “as cordas têm capacidade para suportar até 140kg e, com o tempo, vão se desgastando. As empresas não renovam as cordas porque nossas leis são obsoletas e permitem que isso aconteça. As empresas só pensam em gerar al-

Dar visibilidade aos acidentes ocorridos durante as obras da Rio 2016 e, assim, pressionar o Comitê Olímpico Internacional (COI) a assumir compromissos. Além disso, criar instrumentos que proporcionem condições de segurança e saúde aos trabalhadores nos eventos esportivos da entidade ao redor do mundo. Com esse objetivo, a ICM (Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira América Latina e Caribe) realizou, em 28 de julho, o ato “Vidas perdidas nas obras das Olimpíadas do Rio de Janeiro: uma homenagem aos trabalhadores”, em repúdio às 11 mortes e aos três graves acidentes ocorridos nas obras da Rio 2016.

Realizada em parceria com o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), por meio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a manifestação, na opinião do presidente da União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada (Sitracp), Nilson Duarte

Costa, deve ser vista como um ato em defesa da vida.

“Enquanto representantes dos trabalhadores, sabemos que a maio-



Da esquerda para a direita: **Manoel Sabino de Paula Filho** (diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Nova Iguaçu); **Gelson Santana** (presidente do Sindicato da Construção de Porto Alegre/RS); **Tiago Cunha** (presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Nova Iguaçu - Sintracomm-NI); **Josimar Campos de Souza** (presidente do Sindicato da Construção de Duque de Caxias - Siticomm); e **Nilson Duarte Costa** (presidente UGT-RJ e do Sindicato da Construção Pesada - Sitracp)



Elaine Castilho, auditora do MTE

tos lucros, mas a vida é muito mais importante que tudo isso”, afirmou, reforçando a importância do trabalho realizado pela ICM no Brasil junto aos órgãos governamentais e revelando, ainda, sua solidariedade aos familiares ali presentes.

Marina Gurgel, representante da ICM Brasil, lamentou a falta de interesse do Governo do Estado e da prefeitura no ato. “Uma pena”, disse ela, reforçando a ideia de marcar o fato de que 11 vidas foram perdidas por falta de cuidados suficientes.

“Cada uma dessas mortes representa nossa impotência”, disse a auditora do MTE, Elaine Castilho, cuja fala foi endossada pelo pesquisador da Fiocruz, Carlos Machado: “Hoje é dia de repúdio. Basta! Repudiamos fortemente as mortes nas obras das Olimpíadas”.

O ato foi acompanhado por outras lideranças ugetistas do setor de construção. Entre elas, o presidente do Sindicato da Construção de Duque de Caxias, Josimar Campos; de Nova Iguaçu, Tiago Cunha; e de Porto Alegre, Gelson Santana.

Rio 2016: 260 ações, 1.675 autos de infração e apenas 39 embargos

Pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz), o professor Francisco Pedra ressaltou que “durante as 260 ações da equipe de fiscalização do Minis-

MORTES E TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO

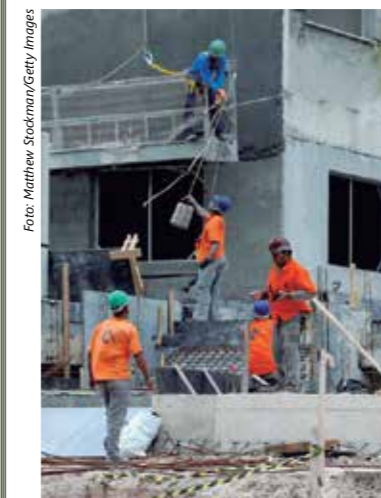


Foto: Matthew Stockman/Getty Images

Desde março de 2015, a ICM vinha alertando as autoridades e os organizadores dos Jogos sobre as condições de trabalho, especialmente na reta final das obras. A entidade chegou a apresentar uma pesquisa realizada pela Fundacentro/MTE, mostrando o aumento do número de acidentes conforme as obras se aproximavam do prazo final. Também para evitar que os acidentes se repetissem e que as interdições acontecessem, a ICM propôs um Protocolo de Segurança nas Obras das Olimpíadas 2016 que estabelece uma série de diretrizes de ação para garantir condições seguras de trabalho.

Mesmo assim, contabilizaram-se 11 mortes e três vítimas de acidente de trabalho, além de casos de trabalhadores encontrados nas obras das Olimpíadas 2016 em condições análogas à escravidão nas operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel e Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.

tério do Trabalho nas obras dos Jogos Olímpicos Rio 2016, 1.675 autos de infração foram emitidos e, em 39 ocasiões, as construções foram embargadas, o que corresponde a 15% delas. As obras para as Olimpíadas de Londres foram concluídas sem registro de mortes”.

Ao ler uma carta sobre as mortes, Pedra anunciou recente denúncia da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (Contricon) sobre a contratação apresada de trabalhadores, a falta de treinamento e a alta rotatividade nos canteiros das construções. Diz o documento, segundo o senador Ataídes de Oliveira, que o Sistema (S) arrecadou R\$ 15 bilhões para a tarefa de qualificar a mão de obra, mas não demonstra onde foram aplicados esses recursos.

A carta traz críticas, ainda, do senador Paulo Paim, que apontou, em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Par-

ticipativa (CDH) do Senado (2013), que, para cada dez acidentes, oito são com terceirizados.

Plantando a árvore da vida

Representante dos familiares das vítimas dos acidentes, Alan Sampaio falou sobre o irmão Tiago que, aos 30 anos, deixou uma filha de 5, uma noiva e a mãe que, segundo ele, até hoje não se conforma.

“Gostaria de apresentar o Tiago. Nas obras e no bairro onde a gente cresceu e viveu, era conhecido como pão doce. Tiago era um jovem muito bom. Tiago tinha um sonho, projetava coisas pensando na filha”, disse ele, emocionado e emocionando a todos.

Em seguida, com a filha também de 5 anos, plantou uma árvore, um pé de Pau Brasil, em ato simbolizando a vida. O evento foi encerrado com a inauguração de uma placa em homenagem às vítimas no pátio do Cesteh.

REGIONAIS DA UGT-PARANÁ REALIZAM PLENÁRIAS

REGIONAL NOROESTE – O papel da Justiça do Trabalho



Leocides Fornazza, presidente da Regional Noroeste da UGT-PR

UGT e presidente do Sindicato dos Eletricitários de Curitiba, lembrou do momento delicado da política e economia do País e da intenção empresarial de, mais uma vez, repassar o ônus da crise aos trabalhadores: “Novamente, tentam repassar a nós uma conta que não é nossa. E pior: querem oficializar essa transferência de responsabilidades por meio de projetos de lei no Congresso Nacional”.

Por sua vez, o presidente da Regional Noroeste, Leocides Fornazza, falou da importância de a UGT investir na formação sindical por meio de encontros, palestras, seminários e congressos. “Nesses eventos, sentimos a força do movimento sindical coeso, discutindo e tomando decisões para o conjunto da classe trabalhadora.”

Léo agradeceu, ainda, a presença dos



Representando a UGT Nacional, Alexandre Donizete, presidente do Sindicato dos Eletricitários

tantos dirigentes sindicais das regionais Norte, Oeste e Litoral da UGT-Paraná. “Isso mostra as razões que levaram a UGT a ser, em apenas oito anos, a maior central sindical paranaense e a segunda maior no Brasil”, disse Léo..

Mais de 100 dirigentes sindicais participaram da 2ª Plenária Regional Noroeste da UGT-PARANÁ, dia 21 de junho, em Maringá (PR). Os dirigentes, além de elegerem a nova diretoria da regional, assistiram à palestra do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, 9ª Região, dr. Cássio Colombo Filho, sobre a “Justiça do Trabalho: Desafios e Perspectivas – a atuação (e o protagonismo) do judiciário trabalhista diante das possíveis inovações normativas no âmbito de restrições orçamentárias”.

Ao abrir o Congresso, o presidente da UGT-PARANÁ, Paulo Rossi, destacou o trabalho do presidente da Regional Noroeste, Leocides Fornazza (que também preside o Sindicato dos Comerciantes de Maringá) na organização sindical da Noroeste paranaense, agregando as mais diversas categorias profissionais à UGT: “O crescimento da UGT em nosso Estado deve-se em muito a esse grande líder sindical, que, sem vaidades, tem trânsito livre nos sindicatos de diversas categorias de trabalhadores. Só temos que agradecer ao companheiro Léo e a toda a direção da Regional Noroeste da UGT-Paraná por esse crescimento e confiança que depositam na Central”, disse Rossi.

Alexandre Donizete Martins, membro da executiva nacional da



Nova diretoria da Regional Noroeste



O desembargador Cássio Colombo Filho apresentou, em sua palestra, uma relação com 25 projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional e que, de alguma forma, retiram direitos dos trabalhadores. “O movimento sindical tem de acompanhar estreitamente esses projetos e se mobilizar para impedir que tais absurdos sejam aprovados.” O desembargador destacou que alguns desses projetos são uma verdadeira afronta aos direitos constitucionais e trabalhistas. “Não somos nós, juízes, desembargadores, que diremos o que é bom ou ruim para a sociedade, mas é de suma importância para o contexto do trabalho que tenhamos uma legislação coerente e humana para com todos”, disse Cássio Colombo.

REGIONAL OESTE – Pela redução dos juros no cartão de crédito



Sindicalistas de diversas categorias profissionais participaram da Plenária que teve como objetivo a ampliação das ações contra os abusivos juros brasileiros



Paulo Rossi, presidente da UGT-PR

somente no primeiro trimestre de 2016, os bancos já arrecadaram mais de R\$ 55 bilhões em taxas dos correntistas.

Ao falar sobre a PLP 257/16, que retira diversos direitos dos servidores públicos, o sindicalista Fernando Hubner apresentou a estratégia dos parlamentares para aprovar e implantar esse nocivo Projeto de Lei Complementar: “São três etapas bem distintas e, em todas elas, há a retirada dos direitos trabalhistas dos servidores públicos, desde a desqualificação dos planos de cargos e salários até mesmo o congelamento de salários e benefícios. O movimento sindical não pode permitir que esses absurdos sejam aprovados no Congresso por interesse de governadores e pelo próprio Governo Federal”, disse Hubner.

O presidente da UGT-Paraná, Paulo Rossi, apresentou o rol das 55 propostas que estão na Câmara Federal e no Senado e que retiram direitos trabalhistas e civis dos brasileiros. “Na maioria, essas propostas são absurdas, mostrando o quanto o Congresso, de forma conservadora, atua contra a classe trabalhadora. É de vital importância que os sindicatos, os trabalhadores e a sociedade civil organizada acompanhem de perto o rito dessas propostas, cobrando firmeza dos deputados federais e senadores”, destacou.

Dirigentes de diversas entidades filiadas à UGT (União Geral dos Trabalhadores) participaram da Plenária da Regional Oeste da UGT-Paraná, realizada dia 31 de maio, em Cascavel (PR). Além das palestras e debates, foi lançada a campanha estadual da UGT pela Redução dos Juros dos Cartões de Crédito.

“O grande número de companheiros e companheiras presentes nessa plenária expressa a necessidade ainda maior da organização sindical nesse momento tão delicado da política e da economia brasileira”, destacou o presidente da Regional Oeste da UGT-Paraná, Antônio Vieira Martins, o “Toninho Frentista”.

Palestras

“A luta da UGT pela Redução dos Juros dos Cartões de Crédito e a situação econômica e política do País” foi proferida pelo presidente da Federação dos Bancários do Paraná e membro da executiva nacional da UGT, Gladir Basso; “Os Danos da PLP 257/16, que Retira Direitos dos Servidores Públicos”, apresentada pelo presidente do Sindicato dos Servi-



Gladir Basso, presidente da Federação dos Bancários do Paraná

dores Públicos de Marechal Cândido Rondon (PR) e vice-diretor de Finanças da Fesmepr (Federação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná), Fernando Aloisio Hubner; e “As Ameaças aos Direitos Trabalhistas e Civis, Tramitando no Congresso Nacional”, pelo presidente da UGT-Paraná, Paulo Rossi.

Em sua palestra, Gladir Basso apresentou as fórmulas utilizadas pelo sistema financeiro aplicadas nas taxas de juros. “Os brasileiros pagam a maior taxa de juros do mundo quando utilizam o crédito rotativo dos cartões e pagam apenas o valor mínimo. Está na hora da sociedade dar um basta a essas cobranças exorbitantes”, disse Gladir. Além disso, o presidente da FEEB afirmou que,



2º Seminário Jurídico Nacional da UGT

UGT DEFENDE DIREITOS TRABALHISTAS EM SEMINÁRIO JURÍDICO NACIONAL

Mais de 400 dirigentes sindicais e advogados trabalhistas de todo Brasil participaram do 2º Seminário Jurídico Nacional da UGT, realizado em Curitiba (PR), dia 7 de julho. Na abertura, marcaram presença personalidades de peso do mundo jurídico e político estadual e nacional. Dentre eles, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra Martins Filho; o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira; o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), acompanhado da vice-governadora, Cida Borquetti (PP); o presidente do TRT/PR, desembargador Arnor Lima Neto; (representando o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), o secretário municipal do Trabalho, Fernando Guedes; o presidente Nacional da UGT, Ricardo Patah; o presidente da UGT-Paraná, Paulo Rossi; e membros de várias secretarias nacionais da UGT.



Ao abrir o encontro, Paulo Rossi agradeceu ao presidente Patah pelo empenho e determinação da UGT em realizar esse segundo encontro jurídico nacional na capital paranaense e a importância desse evento para o mundo do trabalho: "Sem dúvida, ao realizar encontros desse porte, com a qualidade e competência dos palestrantes e a participação maciça de dirigentes da UGT de todo País, nossa Central mostra que estamos no caminho certo, na busca pela democratização do conhecimento e, principalmente, debatendo os grandes assuntos de interesse da classe trabalhadora de forma madura e inteligente. Além disso, esse seminário conseguiu a proeza de termos na abertura as maiores autoridades do poder executivo e do judiciário, que representam o Paraná e o Brasil".

Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, destacou o trabalho que



Beto Richa, governador; Ronaldo Nogueira, ministro do Trabalho; Ricardo Patah, presidente da UGT Nacional; e Ives Gandra, presidente do TST

a Central vem realizando em todo o território nacional e também a participação da UGT nas discussões internacionais. O presidente ressaltou o forte trabalho que a UGT-Paraná e seus dirigentes estaduais realizam e disse que, por isso, a Central é a maior no Paraná em número de entidades filiadas. Patah agradeceu, ainda, ao governador Beto Richa por ter articulado uma reunião com o presidente do Bradesco (Luiz Carlos Trabuco) quando o HSBC foi comprado pelo banco. "Após essa reunião, o Trabuco ficou sensibilizado com o número de desempregados que a absorção do HSBC pelo Bradesco poderia acarretar e, até o presente momento, o acordo está sendo cumprido, graças ao apoio do Beto Richa."

Patah agradeceu também ao ministro do Trabalho e ao presidente do TST por ouvirem as reivindicações da UGT e destacou que a Central sempre lutará pela defesa da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e contra qualquer tipo de precarização das relações trabalhistas. "Não podemos aceitar que, em nome da crise econômica, os tra-

balhadores paguem o preço da má gestão política desse País", disse o sindicalista.

O ministro Ronaldo Nogueira defendeu que a geração e a manutenção dos empregos são fundamentais para o Brasil superar a crise econômica. "O empresariado precisa entender que o salário do trabalhador é investimento, e não despesa. Não há comércio e produção sem dinheiro na mão dos consumidores", afirmou. Nogueira falou, ainda, sobre as reformas trabalhistas e destacou o esforço do Governo em combater a informalidade: "São temas relevantes que serão abordados nesse seminário. É importante o diálogo para encontrarmos uma saída para o Brasil". O ministro refutou qualquer possibilidade de o Governo Temer lutar pela aprovação do PL 4330, da Terceirização, que tramita no Senado Federal. "Reconhecemos que é preciso um marco regulatório para o setor (Terceirização), mas esse projeto não interessa aos trabalhadores e ao próprio governo, pois só vai precarizar as relações de trabalho", enfatizou Nogueira.

O FIM DO DISCURSO VAZIO NO SINDICALISMO

É engraçado como alguns articulistas que sobrevivem às custas de entidades que representam empregadores do País se sentam sobre seus talões de cheques e carteiras para que, acima do bem e do mal, possam criticar as formas de financiamento de outras organizações, como se estas não fossem idênticas àquelas que os sustentam.

Não é de hoje que os sindicatos de trabalhadores são a bola da vez das críticas de muitos colonistas. O problema é que estas pessoas teimam em olhar apenas para aquelas instituições que não colocam a mão na massa, ignorando para o que foram eleitas. Criticam apenas os sindicatos que representam os trabalhadores, jamais os que representam os empresários, mesmo que estes tenham a mesma ou mais fontes de financiamento. Com o devido respeito ao professor José Pastore, esta é uma jabuticaba que não pertence somente ao sindicalismo de empregados. Também atinge os representantes dos empresários.

Mas vamos lá. Apesar de haver, e há, entidades que não são representativas, é preciso reconhecer que existem muitas outras que procuram cumprir com sua obrigação de bem representar suas categorias. Então, por que não usar estas como exemplo e inspiração para a melhoria das demais? Aqui no Brasil, adotamos o negativismo por hábito. As pessoas, em geral, demonstram mais interesse quando o foco é no que é pior, no mau exemplo, ao invés de focar naquilo que engrandece e deve ser exemplo. Sou um sindicalista das antigas, mas não sou velho, principalmente quando o assunto é manter o dinamismo e a determinação necessária para administrar uma instituição sindical da maneira certa.



"Criticam apenas os sindicatos que representam os trabalhadores, jamais os que representam os empresários, mesmo que estes tenham a mesma ou mais fontes de financiamento"

Não quero ser exemplo de nada. Como presidente de uma federação que representa 13 sindicatos e mais de 700 mil profissionais da saúde no Estado de São Paulo, só quero mostrar como funciona uma instituição sindical, seja ela de empregado ou

empregadores, no Brasil e propor algumas mudanças que resultem em maior transparência.

Os sindicatos e as associações são formados por integrantes da categoria que representam e dependem dos seus integrantes para sobreviver.

classe e até mesmo prestar serviços complementares que são obrigação do Governo e que este não dá conta como deveria, como projetos nas áreas de saúde e educação.

Será que todos os trabalhadores estão de acordo com as contribuições? Não, não são todos. Toda a unanimidade é burra, diz o ditado, mas não neste caso, já que o sindicato é a única instituição capaz de representar e defender os trabalhadores.

Alguns articulistas, como o próprio professor José Pastore, alegam que o custeio das entidades sindicais deveria vir apenas dos empregados associados, que, em princípio, seriam os representados institucionalmente. Esquecem que, legalmente, os sindicatos representam o conjunto da categoria, tanto jurídica quanto politicamente. É possível numa campanha salarial, por exemplo, conceder o aumento salarial e os benefícios conquistados apenas aos sindicalizados? Todas as conquistas, garantidas em campanha, por menor que sejam, derivam do sindicato representativo e são concedidas a todos, sejam sócios ou não.

Se na área sindical de empregados existe o imposto sindical, que é cobrado de forma compulsória, no setor empresarial, além de ter o mesmo tipo de cobrança, soma-se a ele o que é pago para o Sistema S (Sesc, Senai, Senac, etc.).

Entendo que o debate é democrático e sempre traz avanços àqueles que se utilizam dele de uma forma construtiva. E, pela minha experiência sindical, concordo que o imposto sindical deva ser revisto, assim como os recursos que são destinados ao sistema S (Senai, Senac, etc.), fundo partidário, as anuidades vigentes nos conselhos de classe, entre outros. Em todos os casos, indistintamente, precisamos saber a origem dos recursos e para onde são

destinados efetivamente ou, ainda, saber quais são as regras do jogo.

Acho que é o momento de separar o joio do trigo.

No caso do movimento sindical, há muitos anos defendemos a criação da taxa negocial a ser paga apenas sobre as conquistas garantidas pelas representações sindicais. A justiça seria feita aos sindicalistas e dirigentes de outras entidades que são sérios. E isto deveria valer tanto para os que representam os empregados como também os empresários.

A oportunidade de aprimoramento está em análise por uma comissão especial da Câmara dos Deputados. Trata-se do projeto que propõe alterações nas contribuições que garantem o financiamento das entidades sindicais. A hora é esta. Vamos ampliar o debate, pois, certamente, este é o caminho para que tenhamos uma representatividade das categorias patronais e de empregados com qualidade no Brasil.



Edison Laércio de Oliveira é presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

DEZESSETE OBJETIVOS, 169 METAS E MILHÕES DE POSSIBILIDADES



A UGT inicia uma jornada para promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e busca ressignificar a ação sindical

Em setembro de 2015, em Nova Iorque, 193 países-membro da ONU adotaram oficialmente uma agenda para a promoção do desenvolvimento sustentável. O documento, intitulado "Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", consiste numa declaração, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas, uma seção sobre meios de implementação de parcerias globais e um sistema para acompanhamento e revisão de todo esse processo.

Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira a completar esse trabalho e responder a novos desafios. Os 17 ODS abordam temas como a erradicação da pobreza, saúde, educação, igualdade de gênero, trabalho decente e desenvolvimento econômico. Tratam, ainda, de questões relacionadas ao combate às mudanças climáticas, consumo e produção sustentáveis, paz, justiça e o fortalecimento das instituições.

"Os ODS são uma ampla agenda que aborda praticamente todos os grandes desafios globais, conferindo relevância ao debate sobre o desenvolvimento sustentável em seus mais diferentes aspectos", avalia Gustavo de Pádua, secretário de Juventude da UGT.

Na avaliação da ONU, essa agenda constitui um plano de ação para o planeta e exige o compromisso dos mais diversos atores: Estados, organizações da sociedade civil, sindicatos, empresas, universidades e meios de comunicação.

Em resposta ao chamado da ONU, a UGT promove a iniciativa denominada JORNADA 2030: 17 OBJETIVOS PARA MUDAR O MUNDO, que contempla um conjunto de ações para mobilização de suas lideranças em torno dessa agenda pelos próximos anos. "A proposta da Jornada 2030 é engajar as entidades filiadas, os milhares de sindi-

calistas da UGT e outras estruturas com as quais temos relação para a construção de iniciativas reais e que ofereçam resultados positivos para os trabalhadores, as trabalhadoras e para a sociedade como um todo", explica Gustavo.

A Jornada 2030 promoverá a capacitação de lideranças em todo o País e a sensibilização desses homens e mulheres para a incorporação dos ODS na ação sindical. Aliada a isso, a iniciativa da UGT promoverá a realização de estudos, eventos e outras atividades ao longo dos próximos anos e investirá fortemente na comunicação.

Na avaliação do secretário de Juventude da UGT, "a Jornada 2030 responde a dois chamados. De um lado, ao chamado das Nações Unidas e de outras organizações internacionais importantes como a Confederação Sindical Internacional (CSI). De outro,



Gustavo de Pádua é secretário Nacional de Juventude da UGT

ao chamado da própria sociedade, que há muito tempo questiona o papel dos sindicatos e demanda melhores condições de vida".

Iniciativas como essa reforçam o perfil inovador da UGT. "Ao incorporar ao seu DNA o conceito de sindicalismo cidadão, a Central demonstra sua vocação natural para atuar de forma ampla em defesa dos brasileiros e tenta, por meio das suas propostas e de ações como essa, dar novo significado ao que se entende por ação sindical", finaliza Gustavo.



A redução da pobreza é um dos eixos da agenda de desenvolvimento pós-2015



UGT REALIZA 24ª REUNIÃO PLENÁRIA DA EXECUTIVA NACIONAL

Reunindo dirigentes ugetistas de todos os Estados da Federação, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) realizou, nos dias 09 e 10 de agosto, em São Paulo, a 24ª Reunião Plenária da Executiva Nacional, encontro que teve como objetivo a ampliação dos debates sobre a atual conjuntura política nacional para definir os planos de ação da Central.

Entre os temas abordados, os dirigentes discutiram como a entidade vai se posicionar e como enfrentará os diversos ataques que estão acontecendo contra os direitos trabalhistas e sociais. "O processo de impeachment está chegando ao fim e todos sabemos que a UGT é plural, por isso, imparcial, mas, em hipótese alguma, aceitaremos a retirada de direitos da sociedade e da classe trabalhadora", afirmou Ricardo Patah, presidente nacional da UGT.

Patah ressaltou que o momento é grave e os ataques são sérios. Entre as propostas que estão tramitando no Senado e na Câmara, destaca-se o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, PL 4330, aprovado pelos deputados, que acaba com toda e qualquer relação trabalhista, rasgando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Outros pontos abordados foram as reformas previdenciária e trabalhista, o negociado sobre o legislado e o custeio do movimento sindical.

O cientista político dr. Bolivar Lamounier ministrou uma palestra abordando justamente a atual conjuntura política. "O Brasil precisa de uma reforma política profunda e repensar o País todo, repensar as nos-

sas ideias e chacoalhar um pouco as cabeças, porque muitas das coisas que nós acreditamos e estudamos se revelaram inúteis", explicou.

O professor salientou que um dos principais problemas do Brasil é a inflação exorbitante, que não deixa o País crescer na medida que deveria, e que muitos dos partidos políticos que hoje temos no País são somente instituições criadas para morder um "milhãozinho" do fundo partidário, entre outras questões.

A conjuntura política perante o Governo do presidente Michel Temer também foi profundamente debatida, assim como também foram abordados os inúmeros ataques que o movimento sindical vem sofrendo nas redes sociais, na grande imprensa e pelo Ministério Público.

Central lança Jornada 2030

Na presença de dirigentes sindicais de todo o Brasil, a UGT não poderia escolher momento mais propício para fazer o lançamento oficial da "Jornada 2030, 17 objetivos para mudar o mundo".

A Jornada segue o conceito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma agenda mundial com 17 objetivos e 169 metas a serem adotadas até 2030. Essa agenda global foi adotada pelas Nações Unidas em 2015.

Segundo Gustavo de Pádua, secretário de Juventude da UGT, os objetivos propostos pelos ODS são parte da raiz da Central, que carrega em todas as suas atividades o conceito de sindicalismo ético e inovador. "A UGT tem uma facilidade



Entre as discussões sobre a conjuntura política nacional, planos de ação da Central e o lançamento das campanhas Jornada 2030 e Diga NÃO à exclusão social, a UGT fortalece sua democracia interna



Ricardo Patah recebe placa comemorativa da Jornada 2030

de imensa de se envolver nesse tipo de atividade, que ultrapassa as barreiras da luta trabalhista e sindical, pois enxerga a pessoa não só como um trabalhador, mas também como

um ser humano. Com isso, enxerga diversos outros aspectos que influenciam a vida e o cotidiano desses cidadãos", explica.

Para Paulo Sérgio, do escritório da OIT no Brasil, é fundamental que uma entidade sindical abrace esses objetivos que estão coloca-

dos hoje como horizonte de desenvolvimento para todos os 194 países que compõem o sistema das Nações Unidas.



Gustavo de Pádua, secretário da Juventude



Dr. Bolivar Lamounier, cientista político

Diga NÃO à Exclusão Social

Durante o evento, a UGT anunciou também que, juntamente com o Ipros (Instituto de Promoção Social), a Confederação dos Sindicatos Cristãos (CSC), o Instituto de Altos Estudos (IAE) e a WSM (solidariedade mundial), será iniciada a campanha "Diga não à exclusão social".



IV CONFERÊNCIA DE GÊNERO, RAÇA E JUVENTUDE

Evento, realizado em Belo Horizonte, apresenta propostas e ações a serem incorporadas nas políticas e práticas da UGT em todo o País

Bastante produtiva e, principalmente, muito participativa. Assim a comissão organizadora definiu a IV Conferência Nacional de Gênero, Raça e Juventude da UGT, realizada em Belo Horizonte (MG), entre os dias 10 e 12 de abril de 2016.

Iniciativa da Secretaria Nacional da Diversidade Humana, Secretaria Nacional da Mulher e Secretaria Nacional da Juventude, o evento contou

com a presença efetiva das estaduais da UGT, com representação dos 24 Estados brasileiros, além do Distrito Federal. Diferentes cores e sotaques puderam ser ouvidos e percebidos no desenrolar dos trabalhos. Foram, ao todo, mais de 300 participantes, entre delegados e convidados.

A IV Conferência proporcionou momentos singulares e especiais para o sindicalismo cidadão, ao ampliar a reflexão e a consciência sobre

temas relacionados à discriminação no mundo do trabalho e às condições de vida ainda precárias de mulheres, jovens, pessoas negras e comunidade LGBT. Um dos principais produtos do evento foram as resoluções apresentadas para orientar as diretrizes de atuação da UGT nos eixos igualdade de gênero e raça no mundo do trabalho, desigualdade salarial e discriminação (mulheres, negros, jovens e LGBT). Elas serão



Com a presença de sindicalistas e representantes do Movimento Social, Patah ressaltou a importância do fortalecimento da luta de gênero, raça e juventude

encaminhadas para avaliação da Executiva Nacional e sua incorporação nas políticas da Central.

Na abertura, estiveram presentes o presidente nacional da UGT, Ricardo Patah; o presidente da UGT-MG e anfitrião do evento, Paulo Roberto da Silva; respectivamente, o vice-presidente e o secretário de Organização e Política Sindical da Central, Salim Reis e Francisco Pereira de Souza; membros da Operativa da UGT-MG; assim como o secretário municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte, Marcelo Mourão (representando o prefeito Márcio Lacerda) e o adjunto do Trabalho, Alvimar Paiva; o representante do SEPIR, Ronaldo Barros; e a diretora do Solidarity Center, Jane Silverman.

Dizendo-se feliz com os resultados, a secretária nacional da Diversidade Humana, Ana Cristina dos Santos Pereira, explicou que a metodologia da IV Conferência foi alterada para dedicar mais espaço à participação dos(as) trabalhadores(as). “Percebemos, nas conferências anteriores, que eles não queriam só ouvir, mas também participar, apresentando ações e proposições. Reduzimos, então, o número de pa-



A apresentação cultural ficou por conta do Grupo NegrAa de BH, Minas Gerais

lestras, alteramos o formato e aumentamos o tempo para escutar o que tinham a dizer. O resultado foi uma riqueza nos debates e nas proposições”, explicou.

Para a secretária nacional da Mulher, Regina Pessotti Zagretti, a grande participação dos trabalhadores e trabalhadoras demonstra que esse é um assunto que ainda impacta e preocupa o mundo do trabalho.

A IV Conferência Nacional de Gênero, Raça e Juventude foi para Belo Horizonte por sugestão do presidente da UGT-MG, Paulo Roberto da Silva, ao presidente da nacional, Ricardo Patah. Segundo o di-

rigente mineiro, ao levar os eventos da nacional para os demais Estados da Federação, a Central descentraliza os debates e permite maior participação das bases. Presidente também do Sindeac BH, Paulo Roberto disponibilizou o hotel que o Sindicato possui em Guarapari/ES à equipe organizadora para a próxima conferência.

Presente no encerramento, o diretor de Finanças da UGT nacional, Moacyr Pereira, disse que debates qualificados ampliam a mente das lideranças sindicais em busca de melhorias para os trabalhadores e a sociedade como um todo.



ALGUNS TEMAS DEBATIDOS:

Comunidade LGBT: com o bom humor e a alegria que lhe são peculiares, Tchaka Drag Queen, personagem incorporada pelo ator Valder Bastos, abordou de forma descontraída um tema que ainda é tratado com pudor e preconceito por muitos: o respeito à orientação sexual.

A juventude e o mercado de trabalho: outro tema em destaque foi “A juventude no mundo do trabalho - gênero e raça”, tendo como palestrante o presidente do CEMJ e conselheiro do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), Euzébio Jorge.

Palestra: “As questões contemporâneas no mundo do trabalho e a educação para o trabalho”, com o professor da Universidade de Brasília, Danilo Nolasco C. Marinho.

O Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos foi representado pelo secretário especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ronaldo Barros. Nuno Coelho de Alcântara Junior, conselheiro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), defendeu o Estatuto da Igualdade Racial.

PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

A inclusão social do trabalhador rural na Previdência Rural, a partir da Constituição Federal de 1988, representa uma grande transformação no padrão social brasileiro. Os trabalhadores rurais são classificados em três categorias: empregados rurais, contribuintes individuais e segurados especiais.

De acordo com a especialista em direito previdenciário, Tânia Cunha, a implantação da Previdência Rural agiu na diminuição da pobreza rural e da desigualdade na distribuição da renda. Os benefícios rurais estão afetando a composição dos arranjos familiares, revitalizando a agricultura familiar, a estrutura produtiva e a economia familiar.

Atualmente, a economia de milhares de pequenos municípios gira em torno dos recursos adquiridos dos benefícios previdenciários, que promovem também a redução do êxodo rural, a inclusão da mulher trabalhadora rural e resgatam a autoestima de idosos e idosas.

A Previdência Social Rural é questionada por determinados setores do Governo e sociedade, pelo suposto déficit que causa ao sistema previdenciário, mas o agricultor familiar, para ter o direito à aposentadoria e a outros benefícios (salário-maternidade, auxílio-doença, etc.), precisa comprovar o exercício da atividade rural de, no mínimo, 180 meses, ou 15 anos, ter a idade mínima de 55 para mulher e 60 para homem, além da comprovação da atividade por meio de um indício de prova material.

Por outro lado, o chamado agrogonócio brasileiro alardeia compor 25% do PIB Nacional. Partindo daí, 2,5% sobre a comercialização de todos os produtos oriundos da atividade econômica rural não parece ser tão pouca coisa assim.

Além disso, no que se refere aos



Foto: Arquivo ANPP

assalariados rurais, a contribuição é a mesma dos urbanos, por isso, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) compartilha com a Federação dos Assalariados Rurais de São Paulo (Feraesp) que se faz necessário iluminar a verdade, tornando transparentes as contas públicas da previdência, principalmente em relação à sonegação por parte dos empresários e à falta de fiscalização governamental.

A UGT concorda também com a Feraesp nos três pontos abaixo, absolutamente necessários para a reflexão do movimento sindical e da sociedade:

- Há no Brasil um grande número de trabalhadores rurais empregados sem registro em carteira ou com salários subformalizados, resultado da sonegação de direitos por parte dos empresários e da absoluta ausência de fiscalização e controle por parte de órgãos públicos responsáveis, como Ministério do Trabalho, Previdência Social, Fazenda Nacional e AGU (Advocacia Geral da União).

- Praticamente inexistente controle e fiscalização sobre a cota previdenciária de 2,5% sobre os produtos comercializados, vazios que deixa enorme margem à sonegação.

- Há numerosa quantidade de devedores contumazes em contrapartida com a absoluta ineficiência da fiscalização e cobrança de dívidas por parte da Fazenda Nacional/AGU.

Ética, transparência e publicidade nas contas públicas devem balizar essas questões, a fim de que não sejam prestigiados sonegadores precarizantes de direitos sociais e, menos ainda, os devedores contumazes, em prejuízo daqueles que entregam arduamente a força de trabalho.



Eliseu Hermes de Araujo é da Secretaria da Agricultura Familiar da UGT

UGTs ESTADUAIS



Regiões

Norte

ACRE
Presidente: Maria Altinizia Santos Santana
 Rua Minas Gerais, 412 - CEP: 69900-315 - Centro - Rio Branco/AC
 Tels.: (68) 3224.3471 / 8401.1600 / 8402.5009 - E-mail: ac@sinttelacre.com / tinamaria@brturbo.com.br

AMAZONAS
Presidente: Antonio Mardonio de Albuquerque
 Rua Tarumã, 779 - CEP: 69025-040 - Centro - Manaus/AM
 Tel.: (92) 3184.8546 - E-mail: ugtamazonas@gmail.com / ningou@uol.com.br
 Home Page: www.ugtamazonas.com.br - Facebook: www.facebook.com/ugtam.barbosadossantos

Rondônia
Presidente: Francisco de Assis de Lima
 Rua Buenos Aires, 1646 - Bairro Nova Porto Velho - CEP: 76820-138 - Porto Velho/RO
 Tels.: (69) 3227.5414 - E-mail: ugtrpvh@gmail.com

TOCANTINS
Presidente: Célio Mascarenhas Alencar
 Quadra 104 Norte - Rua NE 11 - N° 40 - Plano Diretor Norte - CEP: 77006-030 - Palmas/TO
 Tel.: (63) 3215.1052 - E-mail: ugt-to@ugt.org.br / celioalencar@yahoo.com.br
 Home Page: www.ugt-to.org.br

AMAPÁ
Presidente: Amiraldo da Silva
 Av. Iracema Carvão Nunes, 644 - Centro - CEP: 68900-090 - Macapá/AP
 Tel.: (96) 3222.1036 / 3223.5394 - E-mail: ugt-ap@ugt.org.br

PARÁ
Presidente: José Francisco de Jesus Pantoja Pereira
 Av. Gentil Bitencourt, Alameda José Faciola, 262 - Bairro Nazaré - CEP: 66040-180 - Belém/PA
 Tels.: (91) 3222.2120 - E-mail: ugtpa@yahoo.com.br

RORAIMA
Presidente: Fabiano Antonio da Silva Xavier
 Rua Dr. Rubem Lima Filho, 524 - Cambara - CEP: 69313-335 - Boa Vista/RR
 Tels.: (95) 3224.4600 / 3626.2128 - E-mail: siticop-rr@hotmail.com / fabianoxavier2@hotmail.com

Nordeste

ALAGOAS
Presidente: Jackson Lima Neto
 Rua Barão de Jaraguá, 520 - CEP: 57002-140 - Centro - Traipu/AL
 Tels.: (82) 99318.5330 / 3321.0842 - E-mail: jacksonlimaneto@gmail.com

CEARÁ
Presidente: Agenor Lopes da Silva
 Avenida Presidente Castelo Branco, 168 - CEP: 60010-000 - Centro - Fortaleza - CE
 Tels.: (85) 3253.1558 - E-mail: ugtce@yahoo.com.br

PARAÍBA
Presidente: Romero Baunilha Neto
 R. Rodrigues de Aquino, 14 - Centro - CEP: 58013-030 - João Pessoa/PB
 Tel.: (83) 3222.5429 - E-mail: ugtpb.paraiba@gmail.com

PIAUI
Presidente: Celso Henrique Barbosa Lima (licenciado)
 Rua Magalhães Filho, 941 - Térreo - M Parangaba - CEP: 64.002-450 - Teresina/PI
 Tel.: (86) 3223.9719 - E-mail: ugtpi@hotmail.com

SERGIPE
Presidente: Ronildo Torres Almeida
 Av. Doutor Carlos Firpo, 284 - Centro - CEP: 49010-250 - Aracaju/SE
 Tels.: (79) 3214.0906 / 3211.4216 - E-mail: ugtse79@hotmail.com

BAHIA
Presidente: Magno Rogério Carvalho Lavigne (licenciado)
 Rua Maciel de Cima, 02 - Largo Terreiro de Jesus - Pelourinho - CEP: 40026-250 - Salvador/BA
 Tels.: (71) 3328.0885 - E-mail: secretariaugtba@gmail.com / magnolavigne@gmail.com
 Home Page: www.ugtba.com.br - Facebook: www.facebook.com/ugtba

MARANHÃO
Presidente: Weber Henrique Nascimento Marques
 Av. Mascarenhas de Moraes - BL 15 - Casa 1 - Bairro Alemanha - CEP: 65.036-810 - São Luiz/MA
 Tels.: (98) 3221.2018 - E-mail: ugtdomaranhao@hotmail.com

PERNAMBUCO
Presidente: Luiz Gustavo de Pádua Walfrido
 Rua da Condição, 381 - São José - CEP: 50020-050 - Recife/PE
 Tels.: (81) 3224.6045 - E-mail: ugt.pernambuco@gmail.com - Home Page: www.ugtpe.org.br

RIO GRANDE DO NORTE
Presidente: João Maria Pereira dos Santos
 Av. Nascimento de Castro, 03 - Galeria Ville - Bairro: Dix Sept Rosado
 CEP: 59052-300 - Natal/RN - Tels.: (84) 3213.4919 - E-mail: ugtrn@hotmail.com
 Facebook: https://www.facebook.com/pages/Ugt-Rio-Grande-D-Norte/363914563701105?ref=ts

Centro-Oeste

BRASÍLIA
Presidente: Isaú Joaquim Chacon
 Avenida W4 Sul - Sep 707/907 - Lote E - Conjunto C - Edifício San Marino
 CEP: 70390-078 - Brasília/DF - Tel.: (61) 3225.0227 - E-mail: ugtbrasilia@gmail.com
 Home Page: www.ugtbrasilia.com.br - Facebook: www.facebook.com/ugtbrasilia

MATO GROSSO
Presidente: Cledison Gonçalves da Silva
 Rua Pedro Dorileu, 359 - Bairro Dom Aquino - 78015-150 - Cuiabá - MT
 Tel.: (65) 3641.3076 / 2127.9154 - E-mail: ugtmt@hotmail.com

GOIÁS
Presidente: Manoel do Bomfim Dias Sales
 Rua 23, nº 419, Sala 06 - Edifício 28 de Agosto - Centro - CEP: 74015-120 - Goiás/GO
 Tel.: (62) 3645.6500 / 3432.0179 - E-mail: ugtgoias@gmail.com
 Facebook: www.facebook.com/ugtgoias.ugtgoias

MATO GROSSO DO SUL
Presidente: Jefferson Borges Silveira
 Rua Guaratuba, 27 - Vila Sobrinho - CEP 79110-220 - Campo Grande/MS
 Tels.: (67) 3325.8744/0853 - E-mail: ugt-ms2011@hotmail.com

Sudeste

ESPÍRITO SANTO
Presidente: Ari George Floriano de Siqueira
 Rua Raimundo Gama Fortaleza, 15, 2º piso, Bairro do Cruzamento/Romão
 CEP: 29041-324 - Vitória/ES - Tel.: (27) 3024.1810/1811/1812
 E-mails: ugt.es.ugt@gmail.com
 Facebook: www.facebook.com/uniao.dostrabalhadores

RIO DE JANEIRO
Presidente: Nilson Duarte Costa
 Rua Camerino, 128 - grupo 601 / 602 / 702 - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20080-010
 Tels.: (21) 2223.2656 / 2233.7849 - E-mail: ugt-rj@hotmail.com / nilsonduartecosta@ig.com.br
 Home Page: www.ugtrj.com.br - Facebook: www.facebook.com/br.ugt.riodejaneiro

MINAS GERAIS
Presidente: Paulo Roberto da Silva
 Rua Carijós, nº 244 - 5º andar, sala 513 - Edifício Walmap - Centro - CEP: 30120-900
 Belo Horizonte/MG - Tel.: (31) 3222.2631 - E-mail: ugtminasgerais@gmail.com
 Home Page: www.ugtminas.org.br

UGT SÃO PAULO
Presidente: Luiz Carlos Motta
 Rua Mituto Mizumoto, 320 - Liberdade - CEP: 01513-010 - São Paulo/SP
 Tels.: (11) 3060.6600 - E-mail: presidencia@fecomerciariorj.org.br

Sul

PARANÁ
Presidente: Paulo César Rossi
 Rua 21 de Abril, 315 - Alto da Glória - 80045-160 - Curitiba/PR
 Tels.: (41) 3082.5979 / 3082.5989 - E-mail: ugt@ugtparana.org.br
 Home Page: www.ugtparana.org.br

SANTA CATARINA
Presidente: Waldemar Schulz Junior (Mazinho)
 Avenida Santa Catarina, 1508 - Estreito - CEP: 88075-500 - Florianópolis/SC
 Tels.: (48) 3733.4032/4033 - E-mail: sede@ugtsc.org.br - Home Page: www.ugtsc.org.br

RIO GRANDE DO SUL
Presidente: Paulo Roberto Barck
 Avenida Farrapos, 1358 - Floresta - CEP: 90220-001 - Porto Alegre/RS
 Tels.: (51) 3557.1123 - E-mail: assessoria@ugtrs.org.br / seegeral@ugtrs.org.br
 Home Page: www.ugtrs.org.br - Facebook: https://www.facebook.com/ugtrs





UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

Rua Aguiar de Barros, 144 - Bela Vista - São Paulo/SP
CEP 01316-020 - Tel.: 11 2111-7300 - Fax: 11 2111-7301

www.ugt.org.br

Ricardo Patah, presidente

BRASIL

